

R E V I S T A

Nº 0 - Maio 2013

Democracia Socialista

Nesta edição

revolução
socialismo

DIREITO DE TENDÊNCIA

antirracismo

CRISE MUNDIAL

Brasil

R E V I S T A

Democracia Socialista

SÃO PAULO, MAIO DE 2013

Revista Democracia Socialista é uma publicação quadrimestral da Democracia Socialista (DS), tendência interna do Partido dos Trabalhadores, dirigida exclusivamente aos filiados e filiadas do Partido dos Trabalhadores.

Editor

Joaquim Soriano

Coordenação editorial

Marisa Mello

Grupo de trabalho editorial

Clarice Paradise

Claudio Puty

Elmano Freitas

João Gabriel

Juarez Guimarães

Marilane Teixeira

Nalu Faria

Raul Pont

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

www.democraciasocialista.org.br

Coordenação Nacional da DS

Afonso Florence

Álvaro Alencar

Ana Julia

Anderson Campos

Andrea Butto

Arlete Sampaio

Arno Augustin

Bernardo Cotrim

Beto Bastos

Bia Santiago

Caio Galvão

Carla Bezerra

Carlos Henrique

Carlos Pestana

Chico Vicente

Clarissa Cunha

Cláudio Puty

Cledisson Junior (Jacaré)

Conceição Dantas

Eduardo Tadeu

Eliane Silveira

Estevão Cruz

Fabiola Paulino

Gabriel Medina

Gilberto Neves

Gilmar Santiago

Gino Cesar

Herbert Florence

Joanna Parolli

Joaquim Soriano

José Cirilo da Costa

Juarez Guimarães

Lenilda Lima

Lucio Costa

Luizianne Lins

Marcelo Fragozo

Marcia Fernandes

Margarida Salomão

Marlei Fernandes

Mauro Rezende

Miguel Rossetto

Nalu Faria

Neuza Cadore

Pepe Vargas

Raimundo Angelo

Raul Pont

Dr. Rosinha

Robinson Almeida

Shirlei

Sofia Cavedon

Rafael Freire

Rosane Silva

Rosana Souza

Tatau Godinho

Tatiana Cibele

Ticiana Studart

Vânio dos Santos

SUMÁRIO

5

APRESENTAÇÃO

7

UMA REVISTA MARXISTA
PARA A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

27

O PT, A DS E O DIREITO DE TENDÊNCIA

41

A CRISE MUNDIAL E O BRASIL

59

A DIMENSÃO ANTIRRACISTA NA CONSTRUÇÃO
DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

APRESENTAÇÃO

Chegou a *Revista Democracia Socialista!* É com enorme alegria que apresentamos ao conjunto de militantes do PT, dos movimentos sociais e da esquerda o resultado de um bom debate no interior da tendência, concluído na I Plenária Nacional da Democracia Socialista, realizada em Brasília, em dezembro de 2012

A Revista terá uma versão impressa e também estará disponível no Portal da Democracia Socialista (www.democraciasocialista.org.br).

Este número zero apresenta o projeto político editorial e um conjunto de outros textos que têm um forte componente de afirmação da identidade política da corrente. Para o diálogo promissor que pretendemos, na troca de experiências e práticas diversas, sempre voltados para encontrar os caminhos da revolução, a afirmação da identidade

tem o sentido justo de abrir-se para a crítica, para a constituição de um campo comum de debate com todos e todas militantes que sabem que outro mundo é possível, e que, mais que isso, é urgente fazê-lo.

O primeiro texto apresenta os fundamentos que norteiam a criação desta revista, o seu projeto político e editorial.

O texto sobre a DS, o PT e o direito de tendência reafirma a democracia interna como um dos elementos fundamentais do PT e o quanto as correntes de opinião são um instrumento fundamental de iniciativa e debate no interior do Partido, desde sua origem. Esta prática positiva e inédita é decisiva na manutenção da unidade partidária.

O terceiro artigo apresenta a dinâmica da crise internacional, o fim da longa hegemonia neoliberal e as possibilidades que se abrem neste contexto para a construção de um novo modelo de Estado, de solidariedade social, feminista e multiétnico.

O último texto ressalta a importância da dimensão antirracista na construção da revolução democrática brasileira. Junto à marca histórica da escravidão, os negros e negras construíram a resistência, organizando-se para combater o racismo em suas dimensões econômica e simbólica. O combate ao racismo e a luta pela promoção da igualdade racial se combinam com a luta mais ampla pela transformação radical da sociedade.

Joaquim Soriano, editor
São Paulo, maio de 2013

UMA REVISTA MARXISTA PARA A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Ao aprovar em sua X Conferência Nacional “As diretrizes de um programa para a revolução democrática”, a tendência Democracia Socialista do PT abriu para si, e em diálogo com o Partido dos Trabalhadores, um novo e promissor período de possibilidade de fusão entre o marxismo revolucionário e a cultura do partido.

As teses aprovadas na X Conferência Nacional da DS identificaram um novo período da luta de classes a partir de quatro vitórias estratégicas estabelecidas contra o neoliberalismo no país e da crise internacional, sem perspectivas de solução no horizonte, do neoliberalismo, como expressão política de um período de globalização.

A partir deste diagnóstico, as teses propuseram o esforço histórico da construção do programa da revolução de-

mocrática, entendida como um período de superação dos impasses estruturais capitalistas e dos limites liberais da democratização do Estado brasileiro, diagnosticados após os anos de grande transformação do Brasil a partir dos governos Lula. A tese propunha diretrizes exatamente por conceber que a elaboração do programa da revolução democrática deveria ser fruto da própria práxis transformadora dos(as) trabalhadores(as) e do povo brasileiro, das mulheres e dos negros, com o protagonismo do PT e das forças de esquerda em seu pluralismo de tradições e experiências.

Em seu item 14, as teses da X Conferência conclamavam: “Um programa da revolução democrática dialoga e propõe a construção de um novo ascenso dos movimentos sociais, um novo protagonismo da cidadania ativa, uma nova consciência cidadã alinhada aos valores do socialismo democrático no Brasil. Este novo e mais alto ascenso reclama um novo *ethos* socialista democrático do PT, dos partidos da esquerda brasileira e dos próprios movimentos sociais que estruturam este bloco histórico. É este novo bloco histórico em formação que pode sustentar um processo de revolução democrática no Brasil”.

É com este novo ascenso dos valores do socialismo democrático que a fundação pela Democracia Socialista de uma revista marxista revolucionária quer se relacionar, como espaço de diálogo e criação, de teoria e prática, de tradição revolucionária e abertura para os novos desafios do século XXI, de reflexão sobre a experiência nacional e interlocução com as grandes experiências internacionais de emancipação em curso, em particular as latino-americanas.

Se os tempos de cólera do neoliberalismo foram anos sombrios de resistência do socialismo e de uma infinita pressão sobre as culturas do marxismo, os tempos do pós-neolibe-

ralismo podem e devem ser os tempos criativos de um socialismo democrático e de um marxismo revolucionário renovados e enriquecidos em seu esforço de autocrítica e reelaboração teórica, em sua indignação com as opressões capitalistas e em sua esperança de que uma nova ordem mundial é possível.

UM MARXISMO REVOLUCIONÁRIO PARA OS TEMPOS DO PÓS-NEOLIBERALISMO

Como tendência marxista revolucionária, a Democracia Socialista tomou consciência logo no início dos anos 1990, após a queda da URSS, engolfada em uma direção neoliberal, da pressão inaudita aberta sobre a cultura do socialismo e, em particular, sobre o marxismo enquanto teoria explicativa do capitalismo e propositora de sua revolução.

De acordo com os liberais, o marxismo estaria morto, seria um passado e um erro brutal. Apesar das intenções eventualmente libertárias de seu criador, a sua teoria, cujos desdobramentos históricos teriam aclarado, seria a principal responsável por legitimar as opressões totalitárias e seus crimes históricos contra a humanidade.

O valor da liberdade e da emancipação que pulsa tão forte em toda a obra de Marx e Engels, todas as imensas contribuições históricas das tradições marxistas à formação dos direitos que compõem o núcleo mesmo do que entendemos como conquistas civilizatórias da democracia, em todos os campos, dos direitos do trabalho aos direitos da mulher, do direito à autodeterminação nacional à soberania popular, todas as dignas e riquíssimas tradições antistalinistas do marxismo, clássicas e contemporâneas, tudo isso foi esquecido neste período histórico de máxima saturação liberal, com seus dogmatismos e seu estreitamento intelectual.

Mas era apenas o início dos tempos neoliberais, em sua pretensão de ter finalizado a história, de ser o alfa e o ômega da civilização, de ter proscrito da história todas as culturas alternativas ou adversárias. Durante este período, com seu domínio mercantil e poder político, os liberais exerceram com intolerância e obscurantismo os procedimentos de censura e exclusão, de perseguição e anátema – até mesmo ao ponto de reescrever a história –, para negar ao marxismo e ao pluralismo de suas tradições o direito à cidadania cultural.

Nestes tempos de perseguição cultural e de crise, muitas editoras marxistas fecharam suas portas, cursos universitários marxistas ou marxizantes foram proscritos, jornais e revistas socialistas sob pressão deixaram de existir, circuitos internacionais foram interrompidos, tradições de dignidade histórica sofreram descontinuidade. Tornado refrão propagandístico, o antimarxismo ocupou totalitariamente a mídia empresarial, calou vozes, censurou jornalistas e articulistas, pregou a intolerância como método.

Em meio a esta pressão antipluralista e intolerante, mesmo os partidos de esquerda, que ainda continuavam a se reclamar das tradições marxistas, até as tendências que faziam desta relação uma autoidentidade, sofreram graves recuos na organização interna e pública de sua cultura marxista.

Muitos partidos, movimentos sociais e intelectuais deixaram de ter o marxismo como referência. Pior: muitos ex-marxistas passaram a desafinar o coro do antimarxismo. Novos movimentos sociais, mesmo alguns que se inscrevem certamente em um horizonte da emancipação e até com algumas perspectivas anticapitalistas, passaram a se nomear como pós-marxistas. Jovens militantes socialistas, formados em um tempo de escassez ou retrocessos da cultura marxista, adaptaram-se à escola do pragmatismo. Mesmo a linguagem pública

da esquerda passou a evitar ou substituir conceitos e termos chaves que compunham a linguagem das correntes marxistas como classes dominantes, exploração, alienação, mais-valia, imperialismo etc.

Como teoria e cultura, no entanto, que nasceu, deu os seus primeiros passos e formou as suas primeiras identidades públicas sob a censura e o exílio, sob a proscricção legal e sob brutal repressão, o marxismo, em sua história, sempre soube sobreviver aos tempos difíceis. Faz parte da sua própria identidade revolucionária crescer e se enriquecer através da crise e da crítica. Não foi diferente nos tempos do neoliberalismo.

Portrêzrazõessingularesdestaépocahistórica, a cultura do marxismo sobreviveu e se enriqueceu neste período, alimentando e alimentando-se das lutas de resistência ao neoliberalismo:

- a cultura do marxismo despreendeu-se, de modo mais radical e generalizado, da âncora pesada do stalinismo, que por sua irradiação histórica longa, havia se difundido e impregnado profundamente a cultura do marxismo nas várias regiões do mundo;

- a revisitação da obra dos fundadores do marxismo se fez mais com aquele espírito do marxismo crítico, na excelente expressão de Michael Lowy, isto é, com um conhecimento mais histórico e informado de seus limites e, por isso mesmo, de seu imenso potencial emancipatório ainda a ser desenvolvido;

- o pluralismo da cultura marxista acentuou por um lado o estranhamento entre campos de pesquisas e tradições alternativas, e por outro incentivou uma série de novas incursões teóricas sobre realidades emergentes do capitalismo mundial e sobre as recentes perspectivas anticapitalistas.

Ao contrário do que pretendeu o chamado “pensamento único”, a cultura do marxismo nestes princípios de

tempos pós-neoliberais está mais viva do que nunca, pulsa e reclama por um novo período de desenvolvimento como linguagem da emancipação.

Hoje se conhece mais a obra de Marx (há inclusive uma nova edição integral em curso, que amplia em muito o universo de escritos até agora disponível), o seu processo de formação com seus diálogos e rupturas, as fronteiras de sua pesquisa ao final da sua vida e as tensões criativas de sua teoria. Valoriza-se e compreende-se mais a singularidade das contribuições de Engels.

Coleções, antologias e estudos monográficos sobre a história do marxismo permitem hoje uma visão muito mais ampla, profunda e sistemática sobre a história do marxismo e suas relações com os movimentos operários, com os movimentos feministas e de libertação nacional. Sabe-se hoje muito mais, inclusive com a abertura dos arquivos da antiga URSS, sobre a história dos descaminhos da revolução russa sob a égide do stalinismo. Em particular, o lugar do marxismo na história cultural do mundo pode ser hoje mais avaliado e apreciado.

Os estudos sobre a relação entre república, marxismo e democracia, que devem muito aos desenvolvimentos contemporâneos da filosofia política, em suas tradições do humanismo cívico, permitem entender melhor a singularidade, a pertinência e a reposição plena da atualidade da crítica de Marx ao capitalismo para uma cultura contemporânea da emancipação. Experiências inovadoras de democracia participativa e deliberativa, por sua vez, incentivam novas sínteses sobre as formas de transição democrática ao socialismo.

Novos estudos de longa duração histórica e de visão muito ampla e sistêmica sobre a formação da chamada modernidade capitalista permitem um olhar renovado sobre as tendências atuais do capitalismo. Em particular, toda uma

cultura de novos estudos econômicos sobre as dimensões de financeirização do capitalismo possibilitam identificar o centro disruptivo de suas atuais contradições. Além disso, toda uma gama de estudos sociológicos sobre as novas configurações das classes trabalhadoras, a partir do impacto das mutações tecnológicas recentes, permite e incentiva reelaborações sobre os sujeitos históricos das transformações.

Amplios desenvolvimentos da cultura do feminismo – de sua história, de suas tradições operárias e populares, de seus questionamentos à cultura patriarcal, da formação de novos direitos – cobram e esperam do marxismo revolucionário novas sínteses libertárias. Sem o diálogo com a capacidade crítica do marxismo ao capitalismo, inclusive às suas estratégias contemporâneas de opressão, nenhuma teoria feminista plena da emancipação poderá se construir.

Novos estudos históricos que permitem entender, de modo mais profundo e central, o impacto da escravidão na formação do sistema capitalista, a elaboração de culturas democráticas multiculturais e, principalmente, um estágio mais avançado das lutas dos povos africanos, inclusive com a histórica luta de derrubada do *apartheid* na África do Sul, colocam na ordem do dia novas sínteses teóricas da cultura do marxismo com as tradições de luta antirracistas.

Sob a pressão da crise ecológica mundial, uma promissora formação de uma cultura eco-socialista, como releituras e atualizações da obra de Marx e de clássicos do marxismo, constituem os elementos de uma nova economia ecológica marxista ou de um marxismo ecológico. A crítica à valorização do capital, à sua lógica imanente de predação da natureza, da mercantilização e da privatização dos bens públicos e de suas crises cíclicas permite às vertentes marxistas da ecologia diagnosticarem mais profundamente os impasses das vertentes liberais ecológicas.

Da crítica histórica à mercantilização da cultura e da formação dos meios de comunicação mercantis de massa ao diagnóstico da “sociedade do espetáculo” contemporânea, passando pela rica tradição dos estudos culturais inspirados no marxismo, formou-se toda uma literatura promissora da democratização da cultura e da formação de uma opinião pública democrática.

A luta pelos direitos dos gays, lésbicas e transexuais certamente expande e traz novos desafios para certas culturas do marxismo que sempre se propuseram a criar uma nova moral sexual, modos libertários e anti-tradicionistas de viver, para além das famílias monogâmicas heterossexuais.

Um balanço histórico das relações entre as várias teologias da libertação e a cultura do marxismo é imensamente positivo no sentido de superar certas tendências redutoramente racionalistas do marxismo, inaptas a compreender que certos motivos religiosos, certas instâncias da fé, algumas tradições cristãs igualitárias ou mesmo cosmológicas, podem formar perspectivas anticapitalistas e emancipatórias. A partir daí, criou-se todo um rico diálogo entre marxismo e teologias da libertação, motivadora de novas transcendências e reconhecimentos de dignidades.

Por fim, a partir das experiências do Fórum Social Mundial, uma nova agenda de lutas para o século XXI foi se formando, desde a luta pela paz até o direito dos povos formarem a sua soberania alimentar, da crítica às instituições mundiais que dirigem a globalização neoliberal até a experimentação de novas formas comunitárias de produzir. Em particular na América Latina, experiências recentes de governos progressistas e revolucionários têm renovado os programas de unidade latino-americana, promovido novas formas constitucionais que acolhem direitos coletivos e históricos de

índios, e renovado a relação da cultura do marxismo com as tradições históricas nacionalistas e emancipatórias do continente. Na Europa, a crise da social-democracia, em suas vertentes contemporâneas, tem permitido aflorar novas experiências de movimentos sociais, de coalizões de partidos e programas à esquerda. A cultura e as bases de um novo internacionalismo anticapitalista, mais plural e multi-continental, parece estar se formando.

Pela força social e institucional de seus partidos e correntes de esquerda contemporânea, que se formaram nas tradições do antistalinismo e sobreviveram aos períodos dominados pelo neoliberalismo, pela riqueza das tradições que formam a história das lutas dos oprimidos e explorados, pela qualidade de sua história intelectual, pela sua inserção na história mundial, ao mesmo tempo europeia, latina, índia e africana, o Brasil é potencialmente hoje o lugar mais rico para uma nova síntese do marxismo revolucionário do século XXI em diálogo com as experiências internacionais de emancipação.

O SOCIALISMO PETISTA DO SÉCULO XXI E O MARXISMO REVOLUCIONÁRIO

No item 3 da Resolução “Socialismo petista”, aprovada pelo PT em seu 7º Encontro Nacional em 1990, se afirmava: “Outra dimensão visceralmente democrática do PT é o seu pluralismo ideológico-cultural. Somos, de fato, uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos

não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc.”

E acrescentava: “O ideário do Partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia *oficial*. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração capitalista”.

Apoiadora e mesmo coelaboradora desta histórica resolução do PT, a tendência Democracia Socialista é certamente a corrente petista marxista revolucionária mais longeva e de maior influência. A sua relação com a tradição do marxismo revolucionário não se dá no plano da eleição de uma doutrina oficial, nem através da escolha unilateral e dogmática de uma tradição marxista exclusiva e muito menos na opção por uma determinada experiência de construção do socialismo tida como paradigmática.

À medida que esta relação é concebida como um processo histórico em curso de síntese de uma cultura marxista do socialismo democrático, esta identidade é plural (se reivindica das várias tradições e autores clássicos do marxismo antistalinista), não dogmática (incentiva uma relação criativa, historicizada e crítica, com estas tradições), praxiológica (ela será desenvolvida em relação com as lutas anticapitalistas e libertárias do PT e dos movimentos sociais) e principalmente dialogal (estabelece uma interação permanente com outras experiências e tradições emancipatórias).

Daí que a defesa e o desenvolvimento das tradições do marxismo revolucionário no interior do PT são para a DS, sem atribuir-se o monopólio ou o exclusivo desta missão, um

imperativo da sua própria identidade e razão de ser. A própria relação da DS com o PT pode e deve ser pensada a partir dos seus diferentes períodos.

Embora a criação da DS enquanto uma organização nacional só ocorresse em 1979, ela surgiu de uma acumulação de quadros que se deu principalmente no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e, subsidiariamente, em São Paulo. Como corrente nacional, o seu nascimento é praticamente simultâneo ao nascimento do PT. Podemos identificar aí, então, um primeiro momento genético: iniciava-se a relação entre a DS como corrente marxista-revolucionária e a construção do PT como partido classista, tendencialmente socialista e revolucionário.

O período entre a fundação do PT e o documento Socialismo Petista, de 1990, pode e deve ser compreendido como o de uma relação virtuosa entre o PT e o marxismo revolucionário. O contexto de grande ascenso das lutas classistas, a relação forte do PT com os movimentos sociais em um marco de institucionalização inicial, o próprio posicionamento histórico decisivamente crítico à transição conservadora que culminou na campanha épica de Lula à presidência da República em 1989, formaram uma cultura do PT receptiva ao desenvolvimento de teses e conceitos caros ao marxismo revolucionário. Noções como a centralidade da auto-determinação dos trabalhadores(as) e de poder popular, um programa marcado pela ideia chave de lutar por reformas estruturais de sentido anticapitalista em uma dinâmica de revolução permanente, a cultura do feminismo, a renovação do antistalinismo configurada pelos anos iniciais da experiência do Solidarnosc na Polônia e a solidariedade internacional aos processos revolucionários em curso na América Central foram amplamente desenvolvidas nos Congressos petistas.

Já o período entre 1990 e 2002, quando a coalizão liderada pelo PT chegou ao governo central do país, pode ser caracterizado como de disputa de rumos estratégicos do Partido. Neste período marcado pela massificação da crise do socialismo e pelo domínio do neoliberalismo, acabou prevalecendo a partir de meados dos anos 1990 uma direção que afirmava nitidamente a prioridade do caminho da disputa institucional, o alargamento das alianças do PT para além dos marcos da esquerda e um horizonte programático de resistência às políticas neoliberais. Houve neste período, sem dúvida, um certo rebaixamento da cultura socialista do PT e, de forma mais clara, da presença das culturas marxistas em seu interior. Assumiu, neste quadro importância decisiva uma série de seminários realizados pela Fundação Perseu Abramo sobre a atualização do socialismo petista. O PT reafirmava, a partir de seus laços aprofundados e mais nacionalizados com os movimentos dos(as) trabalhadores(as) e setores populares, a sua condição de principal referência pública da esquerda brasileira.

De 2003 até hoje, o PT continua a expressar os valores de esquerda, embora em um quadro de forte institucionalização da vida do Partido e de crescimento da cultura do pragmatismo, tensões obviamente decorrentes de sua condição de governar um país no seio de um Estado ainda profundamente marcado por instituições e leis liberais e conservadoras. Neste quadro, foram muito importantes as resoluções do III Congresso do PT em 2007, reafirmando que “as riquezas da humanidade são uma criação histórica, coletiva e social” e que “o socialismo que almejamos só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção”. E também a resolução política do IV Congresso Nacional Extraordinário, realizado

em 2011, a qual afirma que o partido deve “aprofundar seu compromisso com outra visão de mundo e com outro modelo de desenvolvimento, reafirmando a defesa da construção do socialismo”.

Ao defender para o PT a tarefa central de desenvolver o programa da revolução democrática, o que a tendência Democracia Socialista está propondo é inaugurar um novo período de fusão entre a cultura petista e o marxismo revolucionário.

A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E O MARXISMO REVOLUCIONÁRIO

A retomada e o desenvolvimento de um corpo teórico que tem nas tradições do marxismo revolucionário a sua raiz é condição necessária para o pleno desenvolvimento de um programa da revolução democrática. Esta condição de necessidade – que não tergiversa sobre a atualidade do marxismo revolucionário – não é uma declaração dogmática: ela pode ser demonstrada por três razões substantivas.

Em primeiro lugar, o marxismo revolucionário originou-se e tem por vocação a busca de totalidade – que está no centro de sua condição potencialmente hegemônica – que concebe a unidade da história em suas dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais, propondo-lhes a construção de um novo sentido dinâmico.

Ora, a coincidência entre a crise do socialismo e da cultura do marxismo e o domínio neoliberal provocou uma fortíssima e ainda não superada cisão entre as várias dimensões da emancipação. Há hoje um abismo não superado entre novos movimentos sociais e partidos, entre lutas institucionais e lutas culturais, entre reivindicações econômicas e lutas pela democratização do poder. Formaram-se no con-

texto destas cisões subculturas da emancipação que dialogam pouco entre si ou que têm encontrado dificuldades recorrentes para convergir. Dinâmicas corporativas acabaram criando tradições organizativas próprias. Novas teses passaram a transformar esta dinâmica de cisão em virtude, propondo horizontes de transformação social descentrados da disputa do próprio poder.

Precisamos de uma teoria coerente e unificadora da emancipação e para isso são fundamentais os conceitos e relações de sentido desenvolvidas pelo marxismo revolucionário.

Em segundo lugar, a cultura do socialismo democrático não pode prescindir do conceito chave de revolução democrática que deve centralizar toda uma nova fase de desenvolvimento do marxismo revolucionário. É este conceito democrático de revolução que pode vir a ser o antídoto e a superação dos impasses históricos na construção do socialismo, quando revoluções anticapitalistas não conseguiram criar uma nova dinâmica real de socialização do poder.

Se em sua primeira fase de formulação, o marxismo revolucionário, na época de seus fundadores, não pôde se relacionar com a atualidade plena da revolução, a partir do impasse reformista da II Internacional e da revolução russa, o marxismo revolucionário pôde desenvolver a sua identidade defendendo, ao mesmo tempo, a revolução e a crítica da burocratização ou autonomização do poder revolucionário em relação a seus fundamentos democráticos. A noção de revolução democrática se desenvolveu, então, como consciência e antídoto contra a perda de sentido emancipatório da revolução, em um sentido crítico e negativo.

Isto foi decisivo para a construção do PT, pois foi a confluência das várias tradições antistalinistas responsáveis por formar o partido que possibilitou a sua sobrevivência po-

lítica frente à crise da URSS. Nesta conjuntura, o partido pôde, então, coerentemente reafirmar a sua proposta de um socialismo democrático. Partidos que ainda carregavam em sua tradição a herança stalinista, mesmo já em processo avançado de crítica, como no caso do eurocomunismo italiano, não conseguiram resistir: ao expor a dignidade fraturada de sua própria história, foram conduzidos a dar razão histórica ao liberalismo democrático, perdendo a raiz de sua identidade de esquerda.

Agora, o desafio é o desenvolvimento afirmativo do conceito de revolução democrática. Através do marxismo revolucionário, é possível compreender que a democracia não é um valor universal no sentido de que ela foi historicamente reinterpretada pelo liberalismo, que se tornou a visão de mundo dominante nos países capitalistas centrais. Através do conceito de revolução democrática é possível desenvolver uma dinâmica que coloca em questão os limites intransponíveis que o liberalismo impõe à liberdade, à universalização simétrica dos direitos, à justiça social, à emancipação das mulheres e à convivência pacífica dos povos em relação de mútuo respeito e dignidade. Enfim, para desenvolver plenamente a liberdade e a democracia é preciso fazer o contrário do que se acomodar aos valores, às instituições, à ordem dos direitos e deveres, pregados pelas correntes liberais, em seu pluralismo histórico e doutrinário. É preciso, pois, superar os limites liberais da democracia em uma direção socialista, no sentido de criar uma liberdade qualitativamente mais profunda, mais plural, mais universal.

Mas há uma terceira razão para defender a firme opinião de que a retomada e o desenvolvimento do marxismo revolucionário são fundamentais para desenvolver o programa da revolução democrática. É porque apenas através das

tradições do marxismo é possível desenvolver uma análise e uma perspectiva internacional dos desenvolvimentos do capitalismo enquanto sistema mundial. As décadas da globalização financeira, para além de seus mitos, corresponderam efetivamente a uma maior integração política, econômica, financeira e cultural do mundo. A dialética entre emancipação nacional e emancipação internacional ganhou certamente uma relação mais combinada embora também mais desigual.

Na experiência de governar o Brasil, na reiterada internacionalização das conjunturas, na evolução muito nítida das conjunturas políticas, inclusive no plano continental, fica claro que a perspectiva internacional não está apenas no horizonte da emancipação, mas está inserida mesmo em sua dinâmica. Há certamente uma relação de efeito mútuo entre o precário desenvolvimento do marxismo revolucionário nos anos recentes e os impasses da experiência internacionalista do Fórum Social Mundial. Como experiência rica de diálogo, encontro e convergências, o Fórum Social Mundial teve e tem que enfrentar as cisões das culturas anticapitalistas.

Defender a centralidade do marxismo revolucionário para o desenvolvimento do programa da revolução democrática não é advogar, de forma autoproclamada, a sua razão. Pelo contrário, é na medida mesmo que souber dialogar, através do pluralismo de suas tradições, com as vertentes do eco-socialismo, dos feminismos radicais e anticapitalistas, dos movimentos antiracistas, dos movimentos sociais comunitaristas e antimercantis, com as correntes da Teologia da Libertação, com as experiências radicais de participação democrática, com as novas configurações internacionalistas, que este marxismo revolucionário pode exercer a sua potência histórica de síntese, de unidade na diversidade, de hegemonia no pluralismo.

CINCO FUNDAMENTOS E UM FUTURO

A partir destas considerações, seria possível elencar cinco fundamentos centrais para a criação de uma revista marxista revolucionária hoje.

O primeiro fundamento é o da identidade: neste período ainda marcado por graves retrocessos da cultura pública do marxismo e de larga difusão do pragmatismo na cultura do PT, é fundamental firmar a identidade da revista como de uma tendência historicamente vinculada ao PT e, ao mesmo tempo, marxista revolucionária, isto é, que se proclama marxista revolucionária exatamente por ser construtora do PT desde as suas origens. Há aqui um valor para a própria cultura socialista democrática do PT; mas há também um valor necessariamente crítico às correntes sectárias que se servem muitas vezes doutrinariamente do marxismo para negar o imenso valor histórico de esquerda do PT, não apenas para os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, mas do mundo inteiro.

O segundo fundamento é o sentido praxiológico da revista: ela não pretende ser uma revista de teoria marxista, em um sentido prioritariamente acadêmico ou historicamente descentrado, mas exatamente o inverso. Inserida na rica tradição da dialética petista, a sua agenda prioritária, o seu trabalho coletivo de elaboração sobre a prática da transformação social, os seus diálogos serão voltados exatamente para o desenvolvimento do programa da revolução democrática no Brasil. Neste sentido, contrário a toda separação entre a militância teórica e a militância prática, que é a forma através da qual se manifesta na própria cultura da esquerda a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, a revista deve buscar se alimentar sempre das experiências dos militantes sociais. Nes-

te sentido, ela busca – ao modo de Gramsci – conscientemente alargar e democratizar o próprio conceito de intelectuais orgânicos à luta pela transformação revolucionária do capitalismo. É ao procurar responder aos problemas históricos da transformação no Brasil que a revista poderá ir desenvolvendo uma teoria coerente da revolução democrática, em diálogo com a tradição e com as experiências internacionais.

O terceiro fundamento é o sentido plural e dialogal da revista: ancorada na tradição da tendência Democracia Socialista, ela buscará sempre o diálogo, a interlocução, a polêmica construtiva, a colaboração sistemática com os militantes e intelectuais marxistas e com os propositores de uma perspectiva do socialismo democrático. Este diálogo será feito prioritariamente e de modo estratégico com os companheiros da Mensagem ao partido, de modo a aprofundar a identidade comum em torno do programa da revolução democrática. Mas abarcará, de forma sistemática, todas as correntes ou militantes que reclamam o socialismo. Nem todo o espectro do marxismo revolucionário nem todos os militantes socialistas, no entanto, se inserem organicamente no PT e, a partir de sua identidade petista, a revista buscará também a contribuição destes companheiros e companheiras.

O quarto fundamento é o caráter internacionalista da revista: sem estarem vinculados organicamente, há muitos partidos, correntes e movimentos socialistas hoje no mundo, em particular na América Latina. Núcleos de estudos marxistas, vinculados a revistas independentes e a universidades ou fundações serão procurados para desenvolver desde o início o caráter internacionalista da revista. O estabelecimento de relações de parceria ou de diálogo privilegiado decorrerá naturalmente deste trabalho de construção de redes do marxismo revolucionário.

O quinto fundamento é dar continuidade, dignidade e renovação às tradições do marxismo revolucionário. Como a revista não se propõe a inaugurar uma tradição, mas identificar a sua descontinuidade, estabelecer pontes entre o passado e o futuro, encorpar e colorir os sentidos das experiências vividas, fazer o cultivo da memória, presentificar vidas e pensamentos revolucionários, ela terá sempre o trabalho de revisitar as tradições. A luta democrática pela chamada Justiça de Transição deve, pois, ser valorizada e fazer parte permanente da pauta da revista. Há o diagnóstico, pela força corrosiva dos tempos neoliberais recém vividos, de um déficit público da dignidade e inteligência histórica do marxismo revolucionário e do socialismo democrático. A dignidade e inteligência desta revista estarão sempre expostas à dignidade e inteligência da tradição que ela visa encarnar e atualizar.

Cumprido o desafio de reunir estes cinco fundamentos, não temos dúvida de que a revista que ora se inicia poderá vir a ser um marco histórico da luta pelo socialismo democrático no Brasil e no mundo.

O PT, A DS E O DIREITO DE TENDÊNCIA

PRIMEIROS ANOS

Desde sua fundação, o PT desenvolveu práticas e experiências inéditas na história político-partidária brasileira. Uma das mais significativas foi assumir desde a origem o direito de tendência interna, ou seja, o direito de se formarem, em seu interior, correntes de opinião que assumam iniciativas do debate e ajudem a sistematizar as posições programáticas e as diferenças táticas ou de temas específicos sobre as quais o Partido precisa decidir e praticar.

A singularidade reside no fato de não ser uma tradição ou uma prática histórica dos partidos do campo popular e socialista. Ao menos, ao longo do século XX, tanto os partidos socialistas e os partidos comunistas tiveram suas estru-

turas orgânicas marcadas por direções centralizadas, verticalizadas e coesas. No caso dos PCs, direções “monolíticas”. A leitura desses partidos da “teoria leninista de organização” sempre foi enraizada na compreensão de um “centralismo democrático” que defendia a maior democracia possível no debate e a maior unidade na ação. Para isso, as direções deveriam ser unitárias, com comando único para garantir que na prática política o Partido tivesse coesão e unidade sob uma rígida direção na condução partidária.

Os duros confrontos em sociedades pouco democráticas, os períodos de repressão ou de clandestinidade e, principalmente, o predomínio do stalinismo na experiência soviética levaram a que a “teoria leninista” e o “centralismo democrático” fossem cada vez mais compreendidos como direção monolítica, coesa e verticalizada e cada vez menos garantisse a democracia nas decisões da base. Aos poucos, o Partido foi sendo substituído pelo “Comitê Central” e, em seguida, este foi substituído pelo “Secretário geral”.

A dureza da “luta de classes” e fases de clandestinidade, de guerras ou de grande repressão consolidaram a tese de uma direção forte, todo-poderosa, legalizada em longínquos congressos ou modificada por cooptações identificadas com a mesma direção predominante. Esta foi a leitura dominante sobre a “teoria leninista de organização” e o “centralismo democrático” nos PCs brasileiros e suas várias dissidências dos anos 1960.

O PT nasceu com uma forte influência crítica e muita desconfiança em relação aos partidos de esquerda tradicionais no Brasil. Os vários grupos e correntes da esquerda dos anos 1960 e 1970, em sua maioria dissidências do PCB e do PCdoB, que viveram experiências variadas, mas críticas ao stalinismo, influíram bastante na formação orgânica do PT no

sentido do pluralismo. Além disso, a heterogeneidade das forças que deram origem ao PT (sindicalistas, movimentos de Igreja, estudantes, intelectuais, além dos vários grupos de esquerda que vinham da resistência democrática) tornava a ideia do partido plural e tolerante uma questão natural, uma necessidade diante de uma realidade tão diversificada, mas com um forte instinto classista que constituía o movimento pró-PT.

Mesmo assim, a experiência orgânica partidária da maioria era pequena e nos primeiros anos esse debate foi bastante difícil no Partido. O princípio do direito de tendência, de diversas correntes de expressão e de experiências anteriores era bem aceito por todos, mas prevalecia apenas nas instâncias dos Diretórios. Nas direções Executivas, a tendência majoritária assumia, sozinha, toda a composição dos cargos mais relevantes. Depois de muitos anos de disputa e cobrança à maioria, de respeito à pluralidade e à proporcionalidade, a corrente majoritária passou a exercer uma política de cooptação de alguns quadros dirigentes de outras correntes existentes para incluí-los nas Executivas, mas sem respeitar as votações proporcionais nos encontros.

Somente em 1990 e, em seguida, no I Congresso do PT (1991), é que houve a ratificação do princípio do direito de tendência e a garantia e o respeito à proporcionalidade da democracia interna, em todas as instâncias e órgãos do Partido, inclusive nas direções Executivas.

O ESTATUTO DO PT

No título IX do Estatuto do PT está o regramento sobre o direito de tendência no Partido. Na última reforma estatutária, este capítulo praticamente não sofreu alterações. Não houve proposta de mudança nesta questão, que além de

ser uma das características singulares do Partido, é também uma de suas maiores virtudes. Durante essas três décadas, foi o principal instrumento responsável pela manutenção da unidade partidária. Para o Partido, não haver questionamento sobre esse que é um dos princípios fundantes do PT foi relevante e simbólico, demonstrando uma sólida confiança do conjunto partidário nesse critério estruturante.

Pelo Estatuto, as tendências são agrupamentos de filiados e filiadas para defender posições comuns ou de debate sobre temas que o Partido ainda não assumiu em seu programa. As correntes podem ser de âmbito municipal, estadual e nacional, mas pelos processos de eleição direta (PEDs) tendem a ser correntes nacionais e com organicidade. Não podem ser frações públicas que expressem posições próprias fora do Partido ou de posições que foram derrotadas e são publicizadas ou não expressam o Partido como um todo. As experiências da Convergência Socialista e da Causa Operária foram ilustradoras desse comportamento e ao saírem do PT deram origem ao PSTU e ao PCO. Mais recentemente, tivemos o caso de pequenas correntes que saíram do Partido para dar origem ao PSOL.

No PT, o direito de tendência permite, inclusive, a elaboração coletiva de boletins e informativos e o recolhimento de fundos para manutenção dessas atividades, desde que não entrem em conflito com as finanças e os critérios de arrecadação do próprio PT.

O Estatuto subordina a existência de contatos e relações internacionais, bem como de sedes e locais próprios das tendências ao conhecimento e autorização do Diretório Nacional.

O direito de tendência e o respeito à proporcionalidade alcançados nos processos congressuais e de eleição direta de

todos os dirigentes partidários garantem ao PT a identidade de ser o partido mais democrático do país.

As tendências, portanto, são um poderoso instrumento de iniciativa e debate, de construção da democracia interna e não se confundem com coletivos de mandatos ou pequenos grupos em torno de interesses meramente eleitorais ou de ocupação de espaços e cargos. Estes, do nosso ponto de vista, não devem ser estimulados. Ao contrário, o funcionamento das instâncias partidárias, das setoriais, dos núcleos, de forma viva e permanente é que devem ser incentivados.

Com essas definições e limites o Estatuto partidário garante o direito às tendências internas para atuarem na iniciativa do debate político e na organização dos filiados e das filiadas em torno dessas proposições e projetos para o Partido, sem que isso adquira um caráter público e aberto antes que o Partido tenha assumido, através de seus mecanismos de decisão, como posição do conjunto partidário.

Essa forma de organização tem se revelado positiva e inédita no campo da esquerda no Brasil. Internacionalmente, a ausência de um instrumento como esse de direito de tendência e proporcionalidade nas direções em todos os níveis tem dificultado o surgimento de grandes partidos de massa, em vários países onde as condições objetivas e sociais seriam favoráveis para isso.

O mais comum é a ocorrência de “dissidências” ou “rachas” que se sucedem pela incapacidade de absorção da pluralidade, da diversidade, na construção coletiva de sínteses políticas, de um amadurecimento e de uma consolidação programática. São sucessivos “rachas” que criam um espírito de seita, de sectarismo, que se realimenta com uma “pureza” de princípios e programas incapazes de agir e alterar a realidade. Esses grupos vivem mais da “crítica” e da “fiscalização

programática” dos outros do que do acerto e dos resultados de sua própria experiência.

O direito de tendência, de proporcionalidade, de construção de posições na pluralidade e diversidade de um campo ideológico comum nos torna mais maduros, tolerantes e abertos ao diálogo e ao contraditório, elementos fundantes de um processo de construção democrática.

A DEMOCRACIA SOCIALISTA

Somos uma tendência interna do PT desde seu nascimento. Nessa época, reuníamos um grupo de militantes socialistas que mantinham um periódico alternativo organizado em 1977/1978 – o jornal *Em Tempo* – que fazia a resistência ao regime militar sob o ponto de vista dos socialistas.

Reivindicávamos a herança dos grupos que, ainda nos anos 1960, faziam a crítica ao populismo e ao stalinismo predominantes nos partidos populares (PTB) e da esquerda tradicional (PCs) no Brasil. Em particular, a contribuição da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-PO), do Partido Operário Comunista (POC) e da influência do pensamento trotskista através da obra de Ernest Mandel. Essa herança política residia, de maneira geral, na crítica à concepção predominante na esquerda brasileira que interpretava o país dentro de uma visão dualista e de aliança de classes com setores da burguesia, para cumprir uma etapa de desenvolvimento capitalista no país como pré-condição para a luta e as tarefas essencialmente socialistas. Isso implicava uma política de alianças que subordinava os(as) trabalhadores(as) e apoiava os partidos populistas e suas lideranças, impedindo o surgimento de alternativa própria dos socialistas.

Nosso engajamento no Movimento pró-PT foi orientado na tarefa central que víamos para a luta pelo socialismo no Brasil: a organização política dos trabalhadores e trabalhadoras num partido independente, não subordinado às concepções tradicionais já apontadas.

O periódico que mantínhamos – o *Em Tempo* – dedicou-se a apoiar editorial e materialmente o Movimento pró-PT. Tínhamos uma visão estratégica dessa construção. Para nós, o PT deveria ser construído e organizado como um partido e não como outros grupos pensavam: uma frente política, ou uma frente eleitoral, mais à esquerda do que o antigo PTB, que no futuro decantaria um ou mais partidos no campo da esquerda. Esse problema era real, pois várias correntes que assumiram o Movimento pró-PT o viam como um partido transitório, de passagem, devido à grande heterogeneidade inicial. Por outro lado, isso despertava toda uma desconfiança do núcleo de sindicalistas que viam o PT como um partido estratégico, em contrapartida a vários grupos mais orgânicos – independentemente do tamanho e da implantação social – que eram apresentados como uma “2ª camiseta”, isto é, vestiam outro projeto sob a camiseta da estrela petista.

Desde a fundação, nós da DS defendíamos o PT como um Partido com direito de tendência e proporcionalidade nas direções gerais e Executivas, mas como um Partido estratégico e não uma frente política ou eleitoral. O preconceito contra os grupos ou correntes que vinham da esquerda durou algum tempo. Ao menos até a organização da “Articulação dos 113”, denominação da corrente orgânica formada pelos dirigentes sindicais, intelectuais e outros setores que compunham a “maioria”, e que a partir do lançamento dos “113” se assumiram, também, como mais uma tendência partidária. O re-

conhecimento e a regulamentação de todas as correntes tornaram-se mais evidentes e uma exigência interna do PT.

Dessa forma, a adesão a uma tendência interna, assim como ao Partido, é voluntária, não contraditória com a filiação e com um grau menor de formalização, pois o PT possui Estatuto, Código de Ética e exige do filiado ou filiada a observância dessas regras. Na tendência a adesão é mais fluida, menos formal e a identificação ocorre em torno de uma ou mais questões que o Partido enfrenta no dia a dia, e que nem sempre geram a coesão de toda a militância, mas que são necessárias para o avanço do Partido e da luta dos trabalhadores e trabalhadoras pelo socialismo.

Ao longo da sua existência, o PT efetivou algumas alterações significativas. No 1º Congresso, ratificou-se o direito de tendência e proporcionalidade nas Executivas. As companheiras conquistaram o direito das direções serem compostas por no mínimo 30% de mulheres.

Em 1999, no 2º Congresso, a revisão estatutária foi remetida, com quórum qualificado, para ser deliberada pela Direção Nacional, que dedicou algumas reuniões para esse tema.

A grande reforma, nesse momento, foi substituir os Encontros de delegados pelo voto direto dos filiados e filiadas na escolha das direções municipais, estaduais e nacional, no mesmo dia em todo o país, e com a eleição separada das chapas proporcionais e do presidente respectivo. A proposta aprovada, por maioria, ampliou a participação dos filiados e filiadas e deu mais legitimidade aos eleitos e às eleitas, mas diminuiu o debate e a participação nos Encontros, substituídos por um processo eleitoral onde se exige apenas o voto entre 9-17 horas, sem a discussão de teses, candidaturas, divergências etc.

As principais consequências foram as filiações massivas e sem critérios e o pagamento por terceiros, num claro voto

de cabresto, gerando resultados negativos do ponto de vista orgânico e de formação os filiados e filiadas. O enfraquecimento dos núcleos e o fortalecimento dos mandatos e do poder econômico dentro do Partido foram inevitáveis.

Nos últimos anos, houve uma resistência positiva das organizações setoriais que vêm recuperando protagonismo no Partido, bem como o 4º Congresso corrigiu as principais distorções das filiações massivas e do pagamento em bloco por terceiros.

O 4º Congresso aprovou também a paridade de gênero nas instâncias de direção, o mínimo de 20% de jovens e o mínimo de 20% de não brancos (representação étnico-racial).

Nossa corrente defendeu o voto direto no Partido, mas que isso não prejudicasse o debate prévio das propostas, filiações criteriosas e compromisso de todos os filiados na sustentação partidária.

Ser da DS significa lutar dentro do PT para que o Partido se mantenha como um partido classista, anticapitalista e regido por sua democracia de base, com direito de tendência, representação proporcional das correntes, paridade de gênero e presença dos jovens e dos negros e negras nas instâncias diretivas.

Ser da DS significa ter uma postura ética compatível com a sociedade que queremos construir: solidária, igualitária e que não se submeta ao pragmatismo de que “os fins justificam os meios”. O Estatuto e o Código de Ética do PT expressam uma concepção republicana e laica na relação de cada filiado portador de mandato parlamentar ou executivo com o Estado, diante das possibilidades de burocratização, das vantagens e benefícios pessoais, cuja rigorosa observância é uma das marcas da nossa corrente.

Ser da DS significa lutar por uma democracia participativa. Para nós isso não é um horizonte utópico, mas um dos

elementos centrais de uma transição ao socialismo, aqui e agora. O Estado capitalista liberal é incompatível com a democracia baseada na soberania popular. Por isso, todos os avanços que tivermos na luta pela democracia participativa (orçamentos participativos, conselhos populares setoriais e regionais, plebiscitos, comissões de empresas com poder de gestão etc) são avanços num programa de transição ao socialismo.

Ser da DS significa lutar por uma reforma política que faça avançar o nível de consciência e participação orgânica dos trabalhadores e trabalhadoras. Hoje é questão vital para os partidos de esquerda combater o predomínio do poder econômico (financiamento privado ilimitado) e o individualismo e personalismo (voto nominal) predominantes no sistema político eleitoral brasileiro. Precisamos conquistar o financiamento público, o voto em lista partidária com igualdade de gênero e um verdadeiro sistema de proporcionalidade. Além disso, devemos defender um sistema unicameral com proporcionalidade idêntica para todo o país como bandeiras que o PT deve assumir como suas.

Ser da DS significa lutar para que nossos governos sejam exemplos de participação popular e de soberania popular. A governabilidade dos nossos mandatos necessita da legitimidade da participação em mecanismos de consulta e deliberação que vão além do sistema representativo. Para tanto, orçamento participativo, conselhos setoriais com poder de deliberação de políticas públicas, conferências e congressos municipais e estaduais também criam governabilidade e sustentação de governos pela presença popular direta. Essa governabilidade é muito superior em qualidade estratégica do que a dependência exclusiva dos acordos e composições congressuais, como tem sido predominante em nossos governos.

É incompatível, também, com a defesa do planejamento e do caráter republicano do Estado, a manutenção da herança patrimonialista e corruptora da figura da emenda parlamentar. Expressão degenerada do clientelismo e ante-sala da corrupção que corrói o Estado brasileiro. Nossa corrente deve manter uma denúncia sem trégua dessa anomalia, e lutar para que seja substituída pela participação direta e organizada da população, decidindo regionalmente quais são as verdadeiras prioridades orçamentárias do povo.

Ser da DS é incorporar na luta política questões seculares reprimidas ao foro doméstico, como se não fossem questões públicas e de interesse social. Somos feministas, lutamos pela igualdade entre homens e mulheres nos espaços públicos e privados e nas reivindicações específicas das mulheres por direitos públicos e de opção pessoal. Somos pelo livre direito de orientação sexual, sem hipocrisias e obscurantismos medievais que ainda sobrevivem e oprimem milhões de seres humanos. Da mesma forma, somos defensores de um Estado republicano, laico, não subordinado a qualquer controle ou fundamentalismo confessional. Para nós, a garantia constitucional do direito a qualquer culto religioso aos indivíduos tem sua contrapartida na ausência de qualquer submissão do Estado e da cidadania a qualquer visão, prática e preconceito confessionais.

Nosso Partido nasceu, também, para enfrentar o racismo e seus preconceitos repressores. É indissociável da luta pela democracia e pela república o combate ao racismo que, apesar de toda a diversidade e pluralidade étnica da nossa gente, ainda sobrevive por uma herança maldita de quatro séculos em nosso país, na forma da desigualdade social e da desigualdade de oportunidades.

Ser da DS significa enfrentar a visão neoliberal ainda predominante no plano econômico e lutar pela manuten-

ção e reconquista pelo Estado de setores chaves como petróleo, energia e recursos naturais. Significa lutar por um sistema de crédito público, de cooperativas de crédito e de instituições públicas de microcrédito, economia popular e solidária, bem como pelos modos não-capitalistas de produção e consumo. Defendemos uma política tributária progressiva e de prioridade dos tributos diretos sobre rendas, lucros e patrimônio. Lutamos pela garantia de que serviços públicos como telefonia, energia elétrica, estradas, serviços de água e saneamento não se transformem em instrumentos de acumulação privada. Precisamos avançar nas experiências de empresas e serviços públicos estatais e não-estatais autogestionados, bem como incentivar e fortalecer as experiências de economia popular solidária, em suas variadas formas.

Significa combater o consumismo, a visão predatória dos recursos naturais, a submissão ao mercado e a concepção produtivista de que o capitalismo impõe ideologicamente. Somos governo nas várias instâncias administrativas do país e nelas temos que exercer e alargar o controle e a capacidade de regulação do Estado, seja para coibir a acumulação e a exploração, bem como para garantir uma política de direitos prometidos pela Constituição e ainda distantes de serem ganhos reais na vida das pessoas. Lutar, permanentemente, pela igualdade social é confrontar cotidianamente o capitalismo.

Significa romper com a submissão ideológica das últimas décadas e assumir a defesa e a propaganda da alternativa socialista, materializando-a no cotidiano das nossas administrações e lutas na sociedade. Mais do que isso, nossa tarefa é recuperar o PT para a luta ideológica, para a luta de uma concepção de mundo socialista de novos valores e ideias, de perspectiva de futuro, de um novo mundo possível que já estamos construindo. Nesse sentido, as áreas da cultura, da educação

e da comunicação são espaços prioritários dessa luta ideológica, pois é através desses mecanismos que o Estado capitalista cimenta sua dominação de classe e mantém sua hegemonia. Nosso papel é fazer esse enfrentamento, disputar outra hegemonia baseada em valores da igualdade, solidariedade, do coletivo, da democracia participativa e do conhecimento racional do mundo.

Ser da DS significa ser internacionalista. Compreender que o capitalismo e o imperialismo são fenômenos históricos mundiais, e que os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras não se esgotam nos limites nacionais. Significa apoiar ativamente o processo do Fórum Social Mundial. As grandes lutas e conquistas dos trabalhadores sempre tiveram essa característica internacional: o direito à organização sindical, as conquistas das jornadas de trabalho, o direito à educação, à saúde e à previdência, bem como as conquistas democráticas, sempre foram arrancadas dos estados liberais pelas lutas e vitórias dos trabalhadores e trabalhadoras. Suas organizações e partidos precisam aprofundar sua unidade, integrar os povos e nações oprimidas pelo imperialismo e lutar, permanentemente, por sua integração. As experiências e relações fraternas que o PT sempre praticou com as Internacionais Socialistas e, em especial, seu compromisso com a construção do Fórum de São Paulo constituem-se numa sólida base de mais de 20 anos para que avancemos na unidade dos povos sul-americanos, na integração plena (econômica, política, cultural etc) dos nossos países sob governos do campo popular, e socialista na crescente coesão programática dos nossos Partidos.

Por fim, esse conjunto de temas programáticos não esgota todas as questões que enfrentamos e/ou já acumulamos em nossas lutas e experiências governamentais, mas se constituem em um parâmetro ideológico-programático que nos

identifica e singulariza como uma tendência interna do PT. O processo de unidade e prática programática do Partido, num país profundamente desigual como o Brasil, exige uma permanente dialética na disputa hegemônica na sociedade e no próprio Partido.

Muitas definições programáticas do Partido não são praticadas uniformemente em todas as nossas administrações e/ou lutas em que estamos envolvidos. Da mesma forma, somos desafiados e exigidos, diariamente, por questões sobre as quais o Partido não definiu uma resposta coesa e adequada, além do conjunto de temas onde nem o debate e a discussão já ocorreram nas nossas instâncias de deliberação.

É nesse processo desigual, contraditório e dialético que o Partido e as correntes atuam e que vão forjando uma unidade programática superior. Até aqui, após três décadas, temos conseguido combinar a disputa pela hegemonia e o nível de consciência média programática do Partido num elevado grau de unidade na construção orgânica. Essa contribuição teórica e organizativa pretende dar continuidade a essa história.

Democracia Socialista
Tendência Interna do PT
Partido dos Trabalhadores
Agosto 2012
Atualizada: março 2013

A CRISE MUNDIAL E O BRASIL

Em nossa última Conferência Nacional da DS, organizamos melhor a discussão sobre a grande crise do capitalismo atual ao caracterizá-la como crise do neoliberalismo. Com essa maneira de identificar sinais particulares da crise capitalista atual, buscamos destacar o fim de uma hegemonia longa, de cerca de 30 anos. Essa afirmação, que fizemos em julho de 2011, parece mais clara e confirmada hoje. Com a tarefa de manter o constante esforço de interpretação da crise mundial, a 1ª Plenária Nacional da Democracia Socialista – tendência interna do Partido dos Trabalhadores – debateu as dimensões da crise, seus impactos desiguais ao redor do mundo e a necessidade de recomposição de um novo internacionalismo de caráter socialista e democrático. Nesse contexto, destacamos as possibilidades de avanços da revolução democrática no Brasil¹.

1. Formulação desenvolvida na X Conferência Nacional da DS, realizada em 2011. A resolução pode ser baixada em www.democraciasocialista.org.br.

2. Mandel, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os economistas).

3. Entre os autores que temos seguido, estão Dumenil e Levy, especialmente o seu *The crisis of neoliberalism*, lançado em 2011 pela Harvard University Press.

A DINÂMICA DA CRISE INTERNACIONAL

Seguindo a tradição interpretativa dos longos ciclos do capitalismo, que teve em Ernest Mandel² um dos seus principais formuladores, desde as primeiras manifestações da crise, antes ainda de 2008, registrávamos uma série de crises parciais que pareciam apontar para um momento de crise mais ampla. Falávamos então de uma crise de legitimidade crescente do neoliberalismo. Analistas burgueses diziam que eram crises “pontuais”, a serem prontamente recuperadas pela globalização neoliberal...

A crise atual do sistema tem diferenças fundamentais com os momentos anteriores de impacto mundial na ordem capitalista. Estamos vivenciando a quarta grande crise estrutural do capitalismo. As três primeiras são as crises da década de 1890, a de 1929 e a da década de 1970. Os debates sobre a natureza de cada grande crise anterior à atual continuam até hoje. Não poderia ser diferente com a que atravessamos agora, com diversos esquemas de interpretação presentes, mesmo no campo da economia política marxista. As interpretações que nos parecem mais acertadas são as que buscam integrar os acontecimentos atuais a uma perspectiva histórica mais longa das grandes crises capitalistas³. Elas indicam que as crises das décadas de 1890 e 1970 foram provocadas por quedas da taxa de lucro, sendo, portanto, crises de rentabilidade. A crise de 1929 e a atual poderiam ser designadas como crises de hegemonia financeira.

A crise eclodiu em 2008 como crise financeira nos EUA e se expandiu para os demais países centrais. Foi respondida com uma maciça intervenção dos Bancos Centrais desses países para o salvamento de bancos privados – gerando um forte impacto nas dívidas públicas – no conhecido

processo de socialização pública dos prejuízos privados. Essa contenção provisória e problemática não implicou em mudanças de fundo no direcionamento das economias centrais e, por isso mesmo, não significou uma reversão do processo de aprofundamento da crise. Em 2011, a crise do neoliberalismo entrou em uma segunda fase, passando a atingir as dívidas de governos nacionais, chamadas “soberanas”, das quais a mais explosiva é a da Grécia. Em outro movimento conexo, e em processo, vem ocorrendo a passagem da crise financeira à crise da economia real, com redução e, em certos casos, contração da atividade produtiva, da renda e do emprego. Essa dinâmica atinge principalmente a Europa.

Os países da Zona do Euro mantiveram o receituário ortodoxo neoliberal. Foram exatamente os elementos desta ortodoxia os responsáveis pela crise econômica mais demolidora desde a Grande Depressão de 1929. No continente europeu, a crise revelou a divisão entre países periféricos e outros com maior capacidade de enfrentar os desafios da conjuntura. A Europa conta hoje com 26,6% da sua população economicamente ativa sem trabalho. A taxa de desemprego na Zona do Euro alcançou 11,8% (novembro de 2012), sendo que para sua juventude a taxa está em alarmantes 24,4%.

As três dimensões da crise – a origem e concentração nos países centrais, a ampliação da crise das finanças à dívida pública e à produção, e a sua já expressiva duração sem perspectiva, a curto prazo, de reversão – dão os contornos de uma crise estrutural.

Ao par de maior estudo sobre esses acontecimentos, sua discussão precisa ser condicionada a dois entendimentos:

a. O primeiro, já destacado pela nossa Conferência, é de que *nem toda crise produz saídas progressistas*. Ao con-

trário – para lembrar a crise de 1930 do século XX – pode resultar em barbárie, como foram o nazismo e a Segunda Guerra Mundial. O marxismo-revolucionário nunca interpretou esses momentos históricos de forma mecânica e nunca os subestimou, porque produzem efeitos de larga duração e modificam as condições das lutas de classes. E porque as lutas que se travam nesses momentos, as posições conquistadas (ou perdidas) e as perspectivas que se formam a partir delas vão incidir na formação de um novo período histórico. Tratam-se de momentos de formação de novas épocas históricas, nas quais se delineiam conjunturas diversas, mas subordinadas a um conjunto de fatores permanentes. Um bom exemplo dessa tradição de interpretação e de intervenção é a posição de Trotsky na crise de 1930, criticando duramente o stalinismo, que não percebia a ascensão do nazismo e mudança estrutural que a crise produzia.

b. O segundo entendimento, que devemos destacar agora, é que *o fim de uma longa hegemonia não é substituída imediatamente por outra*. Entre o fim de um longo ciclo do capitalismo e o início de outro, cujas características estão em disputa por várias forças, há uma transição crítica. Esse tipo de processo aconteceu em duas viradas históricas: em 1930 e no final dos anos 1970 do século XX. Em nenhum deles o final de uma hegemonia transformou-se em nova automaticamente. Durou anos e mesmo década, em meio a grandes conflitos internacionais e no interior dos países. Para o Brasil, essas duas viradas tiveram enorme importância e, combinadas com a dinâmica interna de luta de classes, permitiram momentos excepcionais de mudança de curso do país. Em 1930, assentam-se as bases iniciais do nacional-desenvolvimentismo; nos anos 1980, desenvolve-se a maior

construção política da classe trabalhadora já vista em nosso país, com o PT e a CUT sendo erguidos em meio à crise nacional. Agora, depois da hegemonia do “pensamento único”, é muito provável uma fase internacional prolongada de construção de alternativas. O pior cenário é o de descobrir, anos ou décadas depois, que o momento da disputa passou. Aqueles que só consideram o fim de uma longa onda capitalista quando a nova já começou, não têm o que dizer justamente no momento mais crucial de definição de oportunidades históricas.

Esse cenário ainda difuso e desigual levou alguns a questionarem a ideia de crise do neoliberalismo sem, no entanto, oferecer uma explicação melhor. Analistas críticos desde uma perspectiva reformista tenderam a definir a crise como um problema de regulação e, no máximo, como crise financeira (“esquecendo” que, dada a hegemonia das finanças, conferida pelo neoliberalismo, essa crise tinha necessariamente um caráter sistêmico). Outros, à esquerda, buscaram a caracterização genérica de crise do capitalismo, o que como toda generalização permite quase todo tipo de conclusão, desde as mais defensivas (e imobilistas) até as que esperam a catástrofe final.

O FIM DA LONGA HEGEMONIA DO NEOLIBERALISMO

Essa avaliação do caráter da crise ainda deve ser melhor esclarecida e aprofundada pela análise dos fatos que vem ocorrendo nesse início de década. Por compreendermos que são acontecimentos que ainda estão em curso, é necessário o esforço de permanecermos em constante observação crítica sobre eles:

a. A Europa mergulhou na crise de forma a colocar em risco a “unidade” da União Europeia,

b. A retomada norte-americana é lenta e com dificuldades estruturais para manutenção da sua hegemonia econômica mundial,

c. O aprofundamento da via brasileira é acompanhado pela relativa autonomia do espaço latino americano,

d. A posição que a China vem ocupando no cenário econômico mundial deve ser acompanhada para verificar sua relativa autonomia.

Esses fatos já indicam elementos característicos da situação: a perda progressiva de unidade da globalização, a diferenciação progressiva do mundo. A ordem social neoliberal chegou ao nível de sua insustentabilidade.

A crise do neoliberalismo implica mais do que a crise de um programa e de uma hegemonia política – o que já não é pouco. Afinal, não existem programas hegemônicos sem bases reais, materiais. Implica, portanto, também em perdas significativas para o seu motor – que é o capital financeiro internacional – e em redução real da globalização sob bases neoliberais. Nesse sentido, parece ser adequado afirmar a crise como novos bloqueios e impasses da globalização financeira. A globalização neoliberal – que compreende o livre comércio, a livre circulação de capitais, a mundialização dos mecanismos financeiros – é a “estrutura” do neoliberalismo. Os bloqueios à globalização neoliberal se revelam na desvalorização de ativos financeiros (nos EUA e Europa, sobretudo), na crise crescente das moedas de referência (dólar e euro), na dificuldade de evitar uma dinâmica contagiosa e autodestrutiva de crise financeira, enfim, na incapacidade da “superestrutura” política construída pelo neoliberalismo para governar a expansão do capitalismo centrada em sua dimensão financeira.

As diversas medidas de austeridade implementadas pelos países em recessão e depressão, com especial destaque para algumas economias europeias como Grécia e Espanha, não contradizem o entendimento de que essa é uma crise do neoliberalismo. Em períodos de crise econômica sempre há um processo de reconcentração de renda, seja através do ataque aos direitos trabalhistas e sociais de ampla parte da população, seja dentro da própria burguesia⁴, o que leva a uma concentração de capital ainda maior.

A crise do neoliberalismo explicitou a íntima relação entre Estados e capitais financeiros internacionais, exponenciada pelo longo período de ataque neoliberal às organizações da classe trabalhadora. As políticas e medidas de combate à crise foram marcadas nos países centrais pela injeção de liquidez e pela emissão monetária, revelando a utilização do dinheiro público como forma prioritária de salvaguarda das riquezas privadas.

Em sequência, os mesmos atores financeiros que recorreram à aliança com o Estado e aos recursos públicos para minimizar os impactos da crise financeira iniciada nos EUA, criticaram o Estado e os déficits públicos em que incorreram. A defesa de políticas monetária e fiscal restritivas atingiu o paroxismo: as próprias instituições democráticas burguesas, já pouco representativas, foram afrontadas, como nos casos exemplares da Grécia e Itália. Se a etapa americana da crise já havia revelado a aliança entre Estado e financistas, a etapa europeia da crise explicitou a sobredeterminação dos interesses rentistas sobre os interesses públicos e sobre a própria democracia, revelando a forma “pura” do Estado como comitê executivo dos interesses dominantes, didaticamente explicada no Manifesto Comunista.

Um ponto fundamental é vincular esta dimensão mais propriamente econômica da crise internacional com a crise

4. E que atualmente pode ser visto por um aumento do número de falências, fusões e aquisições de empresas menores por maiores.

dos Estados centrais (a dos EUA em especial, mas também a colocação em questão da continuidade da União Europeia). Isso confere uma dimensão crítica mais ampla à crise como expressão da incapacidade de hegemonia das finanças. Abrem-se tensões de deslocamento do centro do sistema, maior espaço para trilhar caminhos singulares e próprios abertos pela crise, com a criação de zonas com um grau de autonomia maior face ao neoliberalismo e ao imperialismo.

A lenta e difícil recuperação dos EUA – origem da crise atual – tem sua explicação baseada na insustentabilidade de sua macroeconomia: a acumulação do capital mantém tendência de queda, a participação do consumo no PIB mantém-se elevada, ao lado do quadro de endividamento das famílias, o déficit do comércio exterior acompanha uma economia financiada pelo resto do mundo.

No entanto, identificando as ambiguidades do contexto de crise, não há elementos que sustentem a tese de que os EUA já perderam sua hegemonia mundial. Não se configurou, ainda, um quadro que concretize um multipolarismo internacional.

O cenário internacional de crise e indeterminação traz consigo contradições monetárias no que se refere à instabilidade do dólar. Por um lado, o dólar ainda ocupa uma posição largamente predominante nas transações realizadas nos mercados cambiais do mundo, tanto nas operações comerciais quanto nas financeiras; por outro lado, não é desprezível a diversificação de moedas utilizadas nas transações cambiais internacionais nos últimos anos. Outra ambiguidade importante diz respeito à acumulação de reservas internacionais. As reservas dos países em desenvolvimento são realizadas nessas moedas: o dólar e o Euro permanecem como as moedas mundiais.

Não é possível desconsiderar a China em qualquer debate sobre a conjuntura mundial. Ela pode ser localizada no centro das tendências contemporâneas para a conformação do novo período, ainda em aberto. É lá que um poderoso setor capitalista está em desenvolvimento. Diferentemente do modelo neoliberal, a política econômica chinesa é desenvolvida com robusto papel do Estado. Há controle das taxas de câmbio, das transações da moeda, forte regulamentação do mercado financeiro e da movimentação de capitais. O Estado chinês concentra o sistema bancário do país e é condutor de uma ativa política industrial.

A China inseriu-se e beneficiou-se da globalização neoliberal, no entanto, as características de sua economia são fundamentalmente não-neoliberais. Outra questão é analisar a China desde o ponto de vista de uma transição ao socialismo, ainda que com “caraterísticas chinesas”. Esse é um debate crítico e, possivelmente, dependente de acontecimentos políticos mais esclarecedores. De todo modo, o mínimo de uma transição é a combinação de democracia direta com redução da desigualdade social no processo de desenvolvimento transicional. Nesses dois quesitos básicos, não parece haver avanços socialistas.

A crise ainda não implicou, até agora, deslocamentos fundamentais entre as classes nos países até agora chamados de “centrais”, mas elas se dão pelo menos em alguns espaços geopolíticos, como a América do Sul. Os processos em curso na região tem sua legitimidade sustentada graças à construção de alternativas antineoliberais, fundadas no crescimento econômico com distribuição de renda, na recuperação parcial de soberania nacional e em um processo de construção da soberania popular.

A DISPUTA EM TORNO DO NOVO PERÍODO HISTÓRICO

O contexto internacional é de transição para um novo período histórico com mais diferenciações entre os setores da economia mundial, entre as iniciativas das forças sociais e políticas relevantes, com lutas e processos decisivos que vão moldar, ainda, um novo período do capitalismo. Nesse sentido, estaríamos na primeira conjuntura internacional de um novo período, com diversas possibilidades abertas, não só de avanço para a hipótese de recomposição socialista – o que pode se dar na América do Sul e, talvez, em outros espaços – mas também de retrocessos ultraconservadores em outros lugares, como parece ser o risco na Europa.

Sem descartar uma hipótese de regressão a formas de barbárie, cujos sintomas estão à mostra, o campo mais provável é o de um enfraquecimento das posições liberais e conservadoras, impasses prolongados das alternativas ao neoliberalismo no campo burguês e aberturas de espaço para a esquerda, inclusive com possibilidades para uma refundação de sua identidade.

Na América do Sul encontra-se a principal contestação ao modelo neoliberal, seja pelas coalizões de movimentos sociais, seja pela organização dos partidos de esquerda e lideranças populares. A luta contra o livre comércio, em especial à ALCA, aglutinou a esquerda no continente que contestava as imposições e os acordos comerciais conduzidos pelos Estados Unidos. Desde 1998, com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, sucessivos governos de esquerda foram eleitos democraticamente, fruto da movimentação e contestação dos movimentos sociais. Na última década pudemos assistir, reivindicar e participar da imple-

mentação de políticas que retomaram o papel do Estado no planejamento econômico, ampliaram os direitos sociais e diminuíram a desigualdade de renda.

Há que se destacar, porém, que existem diferenças na lógica de inserção e exclusão das mulheres durante a crise. Na Europa, diante das altas taxas de desemprego e cortes no orçamento das políticas sociais, ocorre um movimento de retorno das mulheres para o espaço doméstico. Nos países latino-americanos que vivenciam políticas alternativas às neoliberais, ocorre forte inserção das mulheres no mercado de trabalho assalariado. No modelo de desenvolvimento que vem se consolidando na América Latina, as políticas de transferência de renda assumem grande centralidade nas políticas sociais. Elas ainda mantêm ambiguidades. Por um lado, combatem a pobreza e, por outro, ainda não questionam o lugar das mulheres na sociedade patriarcal.

Em nossa X Conferência Nacional, afirmamos que uma alternativa ao capitalismo, ainda que tenha como pressuposto uma enraizada base nacional, é impensável sem uma forte dinâmica nos países centrais de experiências políticas contrapostas ao imperialismo e sem a retomada do internacionalismo socialista. Defendemos a atualidade desta afirmação.

É necessário retomar o esforço em direção a processos que coloquem em contato a ampla vanguarda internacionalista gerada nas lutas antiglobalização neoliberal. Nesse âmbito estão as relações entre partidos de esquerda, na sua diversidade amplíssima que se dá hoje no Fórum de São Paulo. Também os Fóruns Sociais Mundiais podem voltar a cumprir um papel de levar ao centro dos debates internacionais de esquerda a agenda de alternativas diante da crise internacional do sistema capitalista. Há todo um campo aberto para novas iniciativas internacionais, onde devemos

ter a preocupação de compreender as possíveis novas formações de esquerda nos países centrais e os debates que transcorrem na China.

AS POSSIBILIDADES DO BRASIL

Afirmamos a dimensão programática internacional da revolução democrática brasileira como elemento constitutivo do novo internacionalismo socialista. O Brasil tem exercido seu potencial de alavancar o processo de unificação política da América do Sul em patamares antagônicos às experiências de integração regional. A unificação europeia foi realizada a partir dos valores do liberalismo econômico. A integração sul-americana, por sua vez, pode ser concretizada apoiando-se nos fortes processos democráticos e republicanos em curso.

A posição do Brasil nesse contexto é singular por uma conjunção de fatores sociais e políticos. Ainda que com muitos problemas orgânicos e ideológicos, nossas organizações da classe trabalhadora, em especial o PT e a CUT, mantiveram continuidade e se fortaleceram. Ainda que com muitos direitos a recuperar e a conquistar, a classe trabalhadora vem se fortalecendo pelas políticas de emprego e elevação do salário. Ainda que tendo muito a superar-se, pela terceira vez consecutiva, o PT lidera o governo central com uma construção ativa, dentro do país e internacionalmente, de uma alternativa ao neoliberalismo.

A X Conferência Nacional da DS (2011) apresentou a ideia de uma revolução democrática no “centro da tática”. Ela retoma a tese apresentada pelo movimento Mensagem ao Partido, no 3º Congresso do PT, em 2007.

É importante que agora façamos uma concretização maior dessa proposta. E que deixemos mais claro o seu sen-

tido de aprofundamento e mudança de qualidade política da construção de um caminho brasileiro alternativo ao neoliberalismo, sob a hegemonia do socialismo democrático.

Na reflexão do PT, a ideia de uma revolução democrática no Brasil toma corpo nas eleições de 1994. As Bases do Programa de Governo daquele ano têm como título “Uma Revolução Democrática no Brasil”. Suas diretrizes propõem: “As propostas que apresentará em seu Programa de Governo-94 apontam para transformações de caráter democrático e antimonopolistas, antilatifundiárias e antiimperialistas, que se inserem em uma estratégia de longo prazo de construção de uma alternativa ao capitalismo, uma revolução democrática que mude radicalmente as bases do poder”. Essa ideia já está presente no 8º Encontro Nacional (1993), no qual se propõe uma visão “transicional-alongada” como fio condutor do projeto, que é “parte de uma revolução democrática em nossa sociedade, uma ruptura com as estruturas de poder vigentes, que abra caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa. Já fracassou no passado o reformismo nacional-populista, que acreditou poder conciliar interesses antagônicos”⁵.

Em uma situação diferente de 1989, quando concebíamos um processo rápido e concentrado de conflitos sociais em direção a uma transição ao socialismo, 1994 inaugura uma visão processual de mudanças na direção do socialismo através de uma revolução democrática. Essa mudança correspondeu à mudança dramática da cena mundial, com amplos deslocamentos a favor do imperialismo. Mas é preciso ressaltar que mesmo mudando sua visão de processo de desenvolvimento da luta de classes no Brasil, nosso partido manteve a perspectiva socialista: uma revolução democrática em direção ao socialismo, agora em um processo longo.

5. O contexto dessas formulações era o da iminência de ganharmos a Presidência. Até então, a ideia construída (em torno da disputa presidencial de 1989), era a de que a conquista do governo central pelo PT, baseada na mobilização da classe trabalhadora depois de longo período de ditadura, deveria abrir um processo rápido de mudanças dentro do qual o nosso partido atuaria para direcionar a solução de conflitos sociais previsíveis rumo a conquistas de caráter transitório ao socialismo.

6. Direito de tendência, auto-sustentação financeira, unidade com pluralismo, caráter de massas e de militância, igualdade de gênero na direção, diversidade étnico-racial, afirmação da juventude: Qual partido de esquerda, no mundo, expressa essa vontade? Tivéssemos outros e poderíamos iniciar o debate organizativo de uma nova Internacional socialista.

Essa foi a última teorização do PT ligando a conquista do governo central e o desenvolvimento de uma estratégia de transformação social, política e cultural. Uma estratégia onde mudanças cumulativas e rupturas na ordem capitalista apontam numa direção socialista. Depois, em 1998, 2002, 2006 e 2010, não se expressou mais, de forma explícita, esse vínculo estratégico no programa partidário, o que consideramos forte recuo político e ideológico. É justamente para retomar esse fio da meada que resgatamos a proposta de uma revolução democrática – com perspectiva socialista – no Brasil.

Dirigindo o governo central pela terceira vez e enfrentando vitoriosamente a crise do neoliberalismo, desenvolvemos, ainda parcialmente, uma revolução democrática no Brasil. O PT, mesmo com as elaborações programáticas do 4º Congresso⁶, ainda não abriu um novo tempo de elaboração estratégica condizente com a experiência política que está em curso. Contribuir para isso é uma tarefa central.

Em nossa X Conferência, destacamos o eixo central dessa revolução democrática e social: a construção de uma alternativa ao neoliberalismo dirigida por um partido que se inspira no socialismo democrático.

Assinalamos então os diversos aspectos ou dimensões daí derivadas:

A dimensão internacional, que hoje adquire um caráter mais claro de forçar o deslocamento do centro dinâmico da economia internacional para fora da hegemonia dos EUA e Europa, com o avanço da formação da Unasul, dos Brics e de novas instituições econômicas internacionais. Essa dimensão adquire mais centralidade com a crise do neoliberalismo em escala internacional. Isso porque uma alternativa ao neoliberalismo não se completa em um só país. Com muita evidência para os países governados por programas alternativos ao neoliberalismo.

ralismo, o Estado nacional retoma elementos de soberania política e econômica, derrubando mais um mito construído pela ideologia neoliberal: o de que o Estado nacional teria perdido sua função. Isso não quer dizer que a alternativa ao neoliberalismo deva restringir-se à defesa do espaço nacional, embora, naturalmente, ela deva ser realizada. Nossa alternativa vai além do nacionalismo e requer a combinação da soberania nacional com a construção de novas relações políticas e econômicas alternativas à ordem imperialista moldada pelos EUA no pós-guerra e que foi adaptada ao neoliberalismo, hoje em crise.

A redução do poder do capital financeiro e a afirmação quantitativa e qualitativa de um sistema financeiro público em conjunto com um Banco Central republicano (isto é, não subordinado aos bancos privados) e voltado para a defesa da moeda, contra a especulação cambial e a agiotagem (juros), mas, também, para a defesa do emprego e da construção do desenvolvimento nacional e de nova regulação internacional sobre os capitais. Esse processo é fortalecido no nosso terceiro governo e é um dos seus mais importantes avanços.

Em conjunto com o fortalecimento do setor financeiro estatal (BNDES e bancos públicos) devem ser reforçados o planejamento, a direção e a capacidade de ofertar serviços públicos e de organizar atividades econômicas estratégicas sob caráter público. Esse sentido deve prevalecer cada vez mais no processo de acumulação (investimentos públicos e privados). A redução do poder do capital financeiro permite ao Estado mais presença na condução do desenvolvimento econômico.

Sempre defendemos que um maior fortalecimento do Estado deve vir junto com sua maior democratização e maior afirmação do seu caráter público. Na esfera econômica, isso significa afirmar e construir a supremacia da eficiência pública, plane-

jada e democratizada, sobre a eficiência privada, muitas vezes baseada na apropriação de fundos públicos. Ainda que setores privados se beneficiem da reorientação econômica em curso, esse processo não é – e não deve vir a ser – capitaneado por esses setores. A relação de força a ser construída deve ser a de subordinação do capital privado ao poder político, econômico e financeiro do Estado, que por sua vez deve ser democratizado na sua estrutura.

Estancamos o processo de privatização neoliberal. Essa diretriz deve ser aprofundada no fortalecimento econômico, mas também no caráter público, democrático e nacional das empresas estatais. Suas associações com empresas privadas – as eventuais concessões de serviços públicos – devem ser delimitadas e específicas e, sobretudo, subordinadas a rigorosa gestão pública. Além disso, o Estado deve ser capaz de ampliar a oferta de serviços públicos diretamente. Seria extremamente danoso supor um maior rendimento de serviços públicos sob gestão privada, em geral financiada com recursos públicos. O mito da eficiência privada já está bastante desmoralizado pela crise do neoliberalismo. Trata-se agora de construir outro modo de gestão, que seja pública, desburocratizada, “desclientizada” e eficaz na satisfação das necessidades do desenvolvimento.

Construção de um mercado interno de massas aliado à soberania econômica e política do Brasil, impulsionando o crescimento econômico junto com distribuição de renda, elevação do salário e do emprego. Esse modelo novo não pode dissociar-se da construção de uma nova matriz produtiva nacional e uma nova estrutura agrária democratizados, eficientes e sob o comando do planejamento público, com sustentabilidade ambiental.

A construção de um Estado de solidariedade social, feminista e multiétnico, com igualdade de acesso aos bens culturais

e sociais, com solidariedade de gerações, com reformas progressivas face à extremamente desigual distribuição da renda e da propriedade. Modelo que somente é possível com forte elevação da qualidade e extensão das políticas sociais e de promoção da igualdade.

Tal processo só pode se completar e, ao mesmo tempo, mudar de qualidade, se sua dimensão propriamente política expressar uma refundação democrática do Estado brasileiro, baseada na democracia participativa e na supressão do seu caráter liberal. Esse ponto nodal, ao mesmo tempo resultado convergente de várias dimensões da revolução democrática e diretriz presente em cada uma delas, representaria a mudança de qualidade do processo de construção de uma alternativa ao neoliberalismo e conquista da hegemonia do socialismo democrático. A compreensão dos caminhos que podem conduzir a esse momento estratégico é o nosso maior desafio.

A DIMENSÃO ANTIRRACISTA NA CONSTRUÇÃO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

*Lutar para nós é ver aquilo
que o povo quer realizado.
É ter a terra onde nascemos.
É sermos livres para trabalhar.
É ter para nós o que criamos.
Lutar para nós é um destino,
é uma ponte entre a descrença
e a certeza de um mundo novo.*

(Do povo buscamos a força, *Agostinho Neto*)

**CONTRARIANDO A HISTÓRIA OFICIAL, A
TRAJETÓRIA DOS NEGROS/AS NO BRASIL FOI,
DESDE A ORIGEM, MARCADA POR INCANSÁVEIS
PERÍODOS DE LUTA E INTENSA PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA. AS RESISTÊNCIAS NEGRA E INDÍGENA
AO REGIME ESCRAVOCRATA PODEM SER
CONSIDERADAS OS PRIMEIROS MOVIMENTOS
SOCIAIS DE DESTAQUE NA HISTÓRIA DO PAÍS.**

NR: Resolução da 1ª Plenária
Nacional da Democracia
Socialista, realizada em 2012.

O Brasil tem no âmago de sua história o tráfico e o comércio de africanos e de africanas escravizados. Foi o país que mais importou escravos e aquele que por último aboliu legalmente a escravidão. Cerca de 40% dos/as africanos/as escravizados/as tiveram como destino o Brasil.

Desde o início do sistema escravagista, foram formados quilombos em todas as regiões do país. Cabe ressaltar que essa experiência não é apenas brasileira. Este modelo de organização se fez presente nas diversas regiões das Américas, nas quais o regime escravagista se estruturou. As comunidades quilombolas receberam vários nomes: quilombos, mocambeiros ou mocambos no Brasil; palenques na Colômbia e em Cuba; cumbes na Venezuela; marrons no Haiti, na Jamaica e nas demais ilhas do Caribe francês.

A repressão às comunidades quilombolas se fez presente durante todo o período colonial e mesmo depois dele no Brasil. Os quilombos foram violentamente oprimidos por representarem uma ruptura da ordem, política, jurídica, econômica e social vigente nos períodos colonial e imperial no Brasil.

Ao promovermos a atualização do programa histórico do Partido dos Trabalhadores, apresentamos novas diretrizes que têm como objetivo contribuir para a pavimentação do ascenso das forças de emancipação dos trabalhadores/as e do povo brasileiro.

O nosso programa busca aprofundar os compromissos históricos do Partido dos Trabalhadores junto à classe trabalhadora, sintetizando nossa identidade socialista e reconhecendo os limites encontrados a partir das experiências de governo na administração central do país.

Constituído o cenário de efervescência e tencionamentos entre movimentos sociais e governos na busca de alternativas políticas, ocorre a necessidade de síntese entre conhecimentos técnico-científicos, econômicos e sociais na disputa por espaços de poder. Uma verdadeira “Revolução Democrática” se constituía como orientadora para a transformação social e transição para um Estado de participação

popular, estabelecendo o protagonismo de parcelas da população historicamente excluídas do poder político.

A construção de um novo Estado brasileiro visa dar respostas às demandas históricas do nosso povo, aos explorados e oprimidos, reivindicando a implementação de novas bases democráticas para um projeto que avance na superação da exploração capitalista, da opressão das mulheres, da discriminação racial e da predação da natureza.

Esse processo revolucionário é comprometido com os valores democráticos, emancipatórios e solidários, promovendo ao centro de sua configuração programática a dimensão antirracista presente na identidade do povo brasileiro, elemento fundamental no processo de construção de uma nova sociedade.

A compreensão do racismo enquanto fenômeno que oprime a população negra ganhou visibilidade política jamais vista no período republicano brasileiro, e entra efetivamente na agenda política do Estado. É cada vez maior a admissão oficial de que a realidade brasileira, além das profundas desigualdades sociais e econômicas, é profundamente marcada também pela desigualdade racial.

Nossa estrutura social guarda na sua complexidade os componentes econômico-social, racial e de gênero que, juntos, ampliam as desigualdades, impõem opressões concretas e promovem exclusões. O racismo é uma realidade estruturante das relações que definem o acesso aos recursos, hierarquizam as relações de poder e condicionam pensamentos, ideias e instituições.

O racismo está enraizado no imaginário e na estrutura social, cultural e institucional de nosso país, e dessa forma deve ser compreendido. Mais que uma simples assertiva, o avanço dessa percepção é produto da intensa luta do mo-

vimento negro que rompeu o cerco ideológico da chamada “democracia racial” brasileira. Por muito tempo, essa ideologia vigente disseminou a falsa noção da harmonia racial, turvou as consciências, manteve o Estado avesso ao drama da exclusão dos/as negros/as e serviu funcionalmente ao processo de exploração capitalista no Brasil.

Em que pese a existência de uma pequena melhora nos indicadores econômicos e sociais, no que se refere à redução da desigualdade entre negros e brancos, ainda há enormes desafios para superarmos o abismo social histórico e estrutural criado entre negros e brancos. O drama social acomete com maior gravidade a população negra, que habita as favelas e periferias desestruturadas, torna-se presa fácil da criminalidade, assiste seus jovens serem mortos pela violência urbana e nega oportunidades de mobilidade social.

O Brasil cresce, se desenvolve e promove políticas sociais, mas a desigualdade étnico-racial se amplia. O racismo demonstra sua plasticidade, reciclando-se e demonstrando sua capacidade de seguir determinando lugares e não-lugares dos negros e negras.

O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E OS/AS NEGROS/AS NO BRASIL

A compreensão da relação histórica entre o Estado brasileiro e a população negra nos permitirá entender o caráter estruturante que o racismo organiza em nossa sociedade. Transpor para o centro do programa socialista a dimensão do antirracismo nos remete à significativa tarefa de promover o maior processo de reparação social, política e material a que determinado segmento étnico-racial já possa ter sido submetido na história da humanidade.

A formação do Estado brasileiro, após a Independência, foi duramente influenciada pela dimensão patrimonialista e patriarcal herdada da metrópole portuguesa, que permeou significativamente a relação entre o Estado e as classes sociais em formação. Este processo foi acrescido de uma dimensão liberal que implicou uma dinâmica de afirmação do direito incondicionado de propriedade, utilizado inclusive para legitimar a escravidão.

O processo de conformação do sistema colonial foi determinante para o desenvolvimento do capitalismo, em que o comércio era o eixo organizador da relação entre a metrópole e suas colônias. A criação da institucionalidade estatal tinha por objetivo maximizar a apropriação do excedente gerado pela colônia em benefício da metrópole.

A adoção de mão de obra negra escravizada tinha como objetivo atender ao processo de acumulação primitiva, transformando homens e mulheres em meios de produção, marcando significadamente a formação do Estado brasileiro e influenciando culturalmente o processo de desvalorização do trabalho e aprofundamento da diferenciação das classes sociais existentes em nossa sociedade.

A constituição de um sistema produtivo escravista foi central na dinâmica de consolidação de um modelo que atendeu às necessidades de produção em larga escala de produtos geradores de alta rentabilidade aos mercados internacionais, e na constituição de uma lógica de marginalização social e concentração de riqueza, que são compreendidos como uma marca da sociedade brasileira.

Não é correta, pois, a afirmação corrente de que o liberalismo brasileiro do século XIX estava em contradição com o liberalismo dominante no mundo por ser escravocrata. A escravidão foi sempre justificada na primeira geração

histórica liberal colonialista, como direito fruto do domínio, e, mesmo quando defendeu o fim da prática da escravidão a partir de meados do século XIX, as correntes dominantes do liberalismo continuaram fortemente racistas.

Assim, quando houve a abolição da escravidão no Brasil, como resultado das revoltas e fugas dos escravos e da campanha abolicionista em meio à crise do sistema escravocrata, os negros e não brancos não conquistaram o direito de ser um cidadão ou cidadã livres. O Partido Republicano Paulista, partido líder das coalizões liberais na Primeira República, reivindicou diante da abolição a indenização dos senhores de escravos pela perda de sua propriedade. A Primeira República no Brasil afirmava as teses racistas do branqueamento, discriminava os negros no mercado de trabalho através do incentivo à imigração europeia e mantinha-os sem quaisquer direitos políticos e sociais e submetidos a uma brutal violência.

Com a revolução de 1930 e a ascensão do varguismo, prevaleceram a tese e os símbolos da mestiçagem brasileira como fator positivo na constituição da Nação, embora nenhum passo fundamental tenha sido dado em direção a uma verdadeira democracia racial. A maioria dos negros e não brancos, analfabetos, não tiveram direito de voto; a mulher negra continuou a ser símbolo da exploração sexual; sem direito à terra e à educação pública, continuaram a ser os mais explorados nas classes trabalhadoras da cidade e do campo; o padrão policial repressivo do Estado brasileiro não sofreu alterações. É importante a constatação de que, apesar do surgimento de uma primeira consciência da afirmação dos direitos dos negros, os movimentos populares do pré-1964 não afirmaram os direitos de reparação dos negros e negras no centro de suas reivindicações.

Com seu sentido anti-nacional, anti-popular, patriarcal e ecologicamente predatório, o Estado ditatorial no pós-1964 aprofundou a opressão dos negros no Brasil. Mas neste período de resistência democrática que vão surgir os novos movimentos negros, muito deles de nítida orientação socialista, que vão inscrever a luta contra o racismo e a opressão das mulheres negras nas próprias agendas em formação das classes trabalhadoras.

A natureza liberal na base da constituição do Estado brasileiro atual é formada pelos privilégios rentistas, mercantis, tributários, patronais e de propriedade, patriarcais e racistas, formados na ausência ou na mitigação do princípio da soberania popular, em geral avessos aos princípios republicanos mais fundamentais.

A luta política a ser travada consiste na acumulação de forças e coesão entre as classes populares e oprimidas, em sua maioria composta por negras e negros e dirigidas pelos trabalhadores/as, objetivando alterar a natureza do Estado, a partir da constituição de um bloco histórico capaz de promover a mudança do caráter deste mesmo Estado, a partir de novos princípios civilizatórios.

A superação dos princípios liberais norteadores do Estado brasileiro contemporâneo proporcionará condições objetivas para a solidificação de uma nova hegemonia com direção dos/das socialistas democráticos/as, pavimentando um período de transição ao socialismo.

IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NEOLIBERAL NA POPULAÇÃO NEGRA

A reestruturação econômica e política do Estado brasileiro no período em que vigoraram as reformas neoliberais

precarizou as condições de trabalho, aumentou o desemprego estrutural e intensificou o processo de fragmentação da classe trabalhadora, combatendo suas formas históricas de organização e lutas.

Este período também foi agravado pela redução do papel do Estado no atendimento às necessidades de reprodução da força de trabalho e aumento do financiamento da reprodução do capital, assim como diminuição expressiva dos investimentos em políticas sociais, transferindo ainda mais para os indivíduos, em especial as mulheres, a responsabilidade sobre os problemas sociais.

As reformas neoliberais e sua incidência na formação de uma nova dinâmica cultural produziram um peculiar conceito de liberdade, compreendida como a possibilidade de agir livremente no mercado, seja competindo para maximizar seus ganhos com a venda de produtos e serviços, seja fazendo escolhas relativas ao consumo.

Estigmatizados pela herança da escravidão e excluídos do processo salarial competitivo, negras e negros se tornaram as principais vítimas das reformas neoliberais, que intensificaram a naturalização do processo dialético de exclusão e inclusão, aprofundando o preconceito e a discriminação e reforçando o caráter ideológico do sistema punitivo regido pelo código penal brasileiro.

A chegada de uma coalizão dirigida pelo PT ao governo central do país significou uma mudança qualitativa na correlação de forças entre as classes sociais. A formação de um bloco democrático com forte apelo popular reorganizou uma ofensiva ao projeto neoliberal que naquele período vivenciava uma grave crise estrutural.

Com todas as limitações impostas pela correlação de forças adversas no plano internacional, institucional, midiá-

tico e econômico, o governo do trabalhadores/as foi capaz de construir mudanças qualitativas no Estado brasileiro, sem, no entanto, alterar sua natureza liberal apoiada em uma correlação de forças ainda favorável às classes dominantes.

O processo político desencadeado pelas três vitórias consecutivas do PT nas eleições nacionais possibilitou derrotar democrática e sistematicamente o receituário neoliberal que dominava o Brasil desde o início dos anos 90 do século passado.

Uma vez derrotada a perspectiva neoliberal no governo central do país, o Brasil passou a perseguir outra trajetória. Dados recentes reposicionaram o país na 6ª posição do ranking entre os países de maior economia do mundo, com recuperação da importância relativa do rendimento do trabalho, apresentando nos últimos dez anos um número superior a 21 milhões de novos postos de trabalho, assim como melhoria nos padrões salariais mínimos e médios.

No período pós-neoliberal, a importância dada à desconcentração de renda promoveu a alteração consistente da estrutura social brasileira. A mobilidade social fruto desse processo incluiu um grande contingente de brasileiros/as no mercado de trabalho e no mercado de consumo, produzindo uma inédita e histórica diminuição da pobreza no país.

A alteração na configuração da pirâmide social, resultado das recentes conquistas do trabalho sobre o capital, aponta para o fortalecimento de uma correlação de forças no interior da sociedade, posicionando novos elementos nesta disputa, visando promover a inclusão de uma significativa parcela da população brasileira que sempre esteve à margem na dinâmica do acesso aos bens básicos de civilização, com especial atenção para a população negra.

A DIMENSÃO ANTIRRACISTA NA CONSTRUÇÃO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

A construção de um programa que abarque o conjunto das transformações em curso no Estado e na sociedade brasileira, fruto das vitórias estratégicas do PT no governo federal, correspondente a um forte compromisso com a radicalização da democracia, é por nós denominada de revolução democrática.

Ao constituir o bloco histórico composto por forças populares encabeçadas pela classe trabalhadora, este processo visa imprimir uma derrota ao capitalismo e uma transição para o socialismo.

Concebemos bloco histórico como um processo de formação da vontade coletiva, unificador dos trabalhadores/as e dos setores sociais aliados em torno das lutas fundamentais da classe. Um processo de unicidade de fins econômicos e políticos, com a unidade intelectual e moral que é possível com a formação de uma política de alianças.

A constituição do bloco ou a construção dessa vontade coletiva se dá em decorrência de um processo complexo de relações políticas que se estabelecem entre as frações das classes dominadas. Dessa maneira, a classe trabalhadora tem maiores condições potenciais de exercer a direção política.

O movimento negro apareceu na história brasileira através da resistência dos negros quilombolas. Este movimento, que tinha como centro organizacional o Quilombo, também englobava outras formas de protesto individuais e coletivas, como as insurreições em que grupos de escravos fugidos se organizavam para atacar povoados e viajantes nas estradas. Este movimento antecipou o abolicionismo que, enquanto proposta política, somente começou a difundir-se

após a década de oitenta do século XIX, quando o escravismo já entrara em crise.

Ainda no século XIX, o movimento negro produziu uma das suas mais notáveis manifestações, a chamada Revolta dos Malês. Esta conspiração negra muçulmana foi organizada em torno de propostas radicais para libertação dos demais escravos africanos que fossem muçulmanos.

No princípio da república, grupos negros se incorporaram como protagonistas em “mobilizações” como Canudos e a Revolta da Chibata, liderada pelo marinheiro negro João Cândido. Este foi praticamente o último ato de rebelião negra organizada e armada ocorrido no Brasil. Daí para frente, os grupos negros passaram a buscar formas alternativas de resistência, “especialmente em grupos de lazer, culturais ou esportivos”. Esta forma de resistência pacífica já existia durante o período de escravidão, embora não fosse, conforme descrito acima, o único instrumento de contestação existente.

Tendo as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro como maior referência de mobilização, o movimento negro do início do século XX se organizou a partir do surgimento da imprensa negra paulista. A partir deste movimento, no início da década de 1930, desenvolve-se um dos mais interessantes movimentos afro-brasileiros de caráter nacional, a Frente Negra Brasileira. A FNB teve uma atuação destacada na luta contra a discriminação racial, tendo sido, por exemplo, responsável pela inclusão de negros na força pública de São Paulo. Depois de conquistar alguns êxitos, a Frente resolveu se conformar como partido político oficial. No entanto, no final da década, com o Estado Novo, Getúlio Vargas declarou todos os partidos ilegais e dissolvidos. Até a redemocratização de 1945, os movimentos so-

ciais negros tiveram de recuar para suas formas tradicionais de resistência cultural.

Na década de 1950 os movimentos sociais negros iniciam um lento ciclo de rearticulação, cujo marco é a fundação em São Paulo da Associação Cultural do Negro (ACN). Surgida como um movimento de reivindicação ideológica, a ACN não se descuidou da assistência aos seus membros.

Com o Golpe Civil-Militar de 1964, os militares brasileiros inviabilizam o processo de rearticulação do movimento negro, definindo como antipatrióticos e racistas os ativistas que se inspiravam na luta pelos Direitos Civis.

O marco mais importante da rearticulação do MN após a fase mais dura do regime militar foi em 1978 com a fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU).

Partindo desse pressuposto, compreendemos o início de um novo período no Brasil, marcado pelos esforços de construção da hegemonia dos socialistas democráticos, tendo o PT como principal representante da classe trabalhadora.

Ao ser fundado em 1979, o Partido dos Trabalhadores teve sua origem no novo sindicalismo, nos movimentos populares urbanos, de parte da intelectualidade nacional, da ala progressista da igreja católica e também de organizações marxistas. Assim, a construção do PT representou uma ruptura com os padrões tradicionais da organização partidária no Brasil.

Concomitante à grande efervescência política que culminou na criação do PT, a reorganização do movimento negro brasileiro representou a retomada dos processos políticos pelos movimentos de base na sociedade, objetivando a luta contra a discriminação racial, a busca pela emancipação política, econômica e cultural dos negros/as.

Nesse contexto, o movimento negro e o PT emergiram como forças políticas identificadas com as classes e grupos dominados. O movimento negro, preocupado em desvelar o mito da democracia racial e enfatizar a condição oprimida e explorada do negro na sociedade brasileira; o PT em promover a participação política da classe trabalhadora, apresentando-se na arena política como um veículo de expressão dos interesses dessa classe e de todos os excluídos da política.

Desde os anos 1980 e mais efetivamente a partir dos anos 1990, sindicatos e partidos são progressivamente influenciados pelo Movimento Negro, confiante na possibilidade de melhorar as condições de vida da população negra, sobretudo no mundo do trabalho e na política. Pelas ações desempenhadas e o compromisso de luta firmado, merecem destaque especial os grupos de mulheres negras que, conscientes de seu papel na história, procuraram desmascarar situações de opressão e de exclusão associadas às desigualdades de gênero e raça.

A militância negra contribuiu na construção do PT como uma expressão partidária de seus interesses políticos gerais e específicos; o fez em razão de identificar-se com o projeto político de um partido de trabalhadores/as e pelo que ele representava em termos de contestação à ordem e de ruptura com a tradição política brasileira.

Ao formos a atualização do programa histórico do PT, apresentamos como novidade a síntese, em uma mesma lógica programática, das dimensões anti-imperialistas, clasistas, populares, laicas e anti-patriarcais em um quadro mutuamente configurado pela revolução democrática. A luta por uma sexualidade livre, por sua vez, não se limita à reivindicação conjuntural organizada no combate à homofobia. O feminismo, assim como o antirracismo, deixam de

ser tratados à margem e são inseridos no centro do programa revolucionário.

A revolução democrática, a partir de sua dimensão antirracista, reconhece e reivindica os valores comunitaristas tão presentes na cultura negra e que compõem o mosaico identitário da população brasileira, assim como a riqueza advinda da contribuição dos povos africanos no processo de formação dos elementos simbólicos que constitui a nossa sociedade, como a nossa cultura, língua, costumes, o apreço pela liberdade e a coletivização das relações humanas.

Ocorre hoje um expressivo movimento de luta pela criação e ampliação de direitos, embasados pelas teorias democráticas do Direito, fortalecendo as pautas dos direitos humanos, dos direitos coletivos, feministas e multiculturais, criando formas de articulação entre a luta dos movimentos sociais e a institucionalidade. Este processo permite a passagem de políticas de governo ou conquistas do movimento social para a dimensão do Estado, através da sua constitucionalização, possibilitando a reposição de direitos históricos de reparação no campo das relações antirracistas e anti-patriarcais, além de estabelecer o paradigma da prioridade do interesse público no campo das relações entre capital e trabalho.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O COMBATE À DESIGUALDADE RACIAL

Com a redemocratização, a questão racial retorna ao debate público, a partir das discussões sobre os mecanismos por meio dos quais a discriminação racial opera na sociedade brasileira. Novas formas de discriminação são apresentadas pelos movimentos sociais e pela militância inserida na academia, sob modalidades discriminatórias até então não sistematizadas.

Observou-se que a discriminação racial também pode ser resultante de mecanismos discriminatórios que operam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos. A essa modalidade de discriminação convencionou-se chamar de racismo institucional.

A grande inovação que este conceito traz refere-se à separação das manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial como conhecido e combatido por lei e o racismo institucional, que atua no nível das instituições sociais. Esse último não se expressa por atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, mas atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes grupos raciais.

Esses mecanismos de discriminação racial não apenas influenciam na distribuição de lugares e oportunidades. Reforçados pela própria composição racial da pobreza, eles atuam naturalizando a desigualdade social desse país. Ou seja, o racismo, o preconceito e a discriminação operam sobre a naturalização da pobreza, ao mesmo tempo em que a pobreza opera sobre a naturalização do racismo, exercendo uma importante influência no que tange à situação dos negros/as no Brasil.

Na última década, no que diz respeito ao tratamento da temática racial, têm ocorrido no Brasil mudanças significativas que estão produzindo um intenso debate na sociedade em geral, e no meio acadêmico em particular, acerca da pertinência da adoção de políticas de ações afirmativas.

O governo Lula marca uma mudança profunda não só na condução das políticas com perspectiva étnico-racial, mas também na relação do Movimento Negro com o Estado. Até

então, essa relação era fundamentalmente de exterioridade, com os atores na condição de demandantes e com pouca inserção no aparato governamental. Essa relação se transforma, e o Movimento Negro passa a ser um ator envolvido na formulação de políticas, ocupando cargos e representante da sociedade civil nos espaços de controle social instituídos pelos governos.

A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), nos primeiros meses de mandato do presidente Lula, sem margem de dúvida é a principal inflexão política e institucional no tratamento da temática racial pelo Estado brasileiro na história republicana.

A política escravocrata sustentada pelo Estado constituiu-se em umas das principais instituições brasileiras por um período superior a três séculos, deixando marcas profundas na composição étnica, política e social do país. A formulação de uma política externa brasileira para os países africanos tem entre seus elementos constitutivos o papel desempenhado pelos fatores étnico-raciais e culturais na formação da sociedade brasileira.

Ações de estreitamento na relação com países do continente africano, sejam econômica, humanitária ou na transferência de tecnologias sociais e intercâmbio constituiu para o governo Lula e agora o governo Dilma como uma política de afirmação da relação histórica e moral entre os Estados.

Contudo, devemos questionar a presença das empresas brasileiras, assim como o papel das elites africanas, que por meio do apoio e recursos do governo federal do Brasil se instalam nos países do continente africano, violando os direitos humanos, sociais e trabalhistas das populações locais. É fundamental que o governo brasileiro determine cláusulas sociais para garantir o financiamento a esses projetos e não

permita a reprodução de práticas neocoloniais de exploração do povo africano.

O Brasil está passando por transformações importantes que, de certa forma, têm reformulado as agendas das políticas públicas com o objetivo de combater as desigualdades em geral, como as desigualdades raciais, em particular. Tais transformações estão associadas a mudanças de caráter estrutural, assim como às formas de enfrentamento das desigualdades via políticas de inclusão social.

DESAFIOS A SEREM SUPERADOS PELA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Ainda que pesem as substanciais alterações na realidade brasileira após o ascenso dos socialistas democráticos à direção central do país, a população negra ainda se encontra em níveis alarmantes de vulnerabilidade e de invisibilidade nos espaços de poder.

Cerca de 50 mil brasileiros são assassinados por ano. Contudo, essa violência se distribuiu de forma desigual: as vítimas são, sobretudo, os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos. O Índice de Homicídio na Adolescência (IHA) evidencia que a probabilidade de ser vítima de homicídio é mais do que dobrada para os negros em comparação com os brancos.

As mulheres negras são as que mais morrem nos partos e nos abortos mal sucedidos, realizados de maneira precária. O risco de morte de uma grávida negra cuja gestação terminou em aborto é 2,5 vezes maior do que o de uma grávida branca. Assim, as mulheres pobres e particularmente negras estão entre as principais prejudicadas pela ilegalidade do aborto no país.

A mercantilização do corpo e da vida das mulheres se estrutura em diversas formas, e um dos principais temas defendidos pelos capitalistas e seus operadores é a perversa legalização profissional da prostituição. Sabemos que as mulheres negras são as que mais vivem essa realidade. São elas as mais atingidas pela pobreza e violência em suas várias formas de manifestação, se colocando nesta situação pela condição imposta pelo sistema capitalista e patriarcal, que se apropria desses corpos e dessas vidas.

A descriminalização e legalização da prática do aborto são eixos estruturantes no combate ao racismo, do machismo e na luta pela emancipação das mulheres negras, compreendendo que não são as negras as únicas a serem afetadas por essa problemática; contudo, são as que mais padecem com os limites impostos pelo machismo.

A juventude negra é herdeira do processo histórico iniciado com a chegada dos africanos/as escravizados/as no país. Nossa juventude é criadora de espaços de resistência e organização política, com o objetivo de construir uma articulação que permita uma maior acumulação de forças para o enfrentamento dos desafios postos pelo racismo e pelo capitalismo.

Os desafios enfrentados pela juventude negra são de diversas ordens, que vão desde a falta de oportunidades seja na educação e/ou formação profissional, ocupando deste modo os mais precários postos de trabalho, assim como se tornando a maior parcela entre os desempregados de nosso país, estando também entre aqueles/as que menos acessam as políticas públicas de saúde, assim como sofrem um alarmante processo de extermínio generalizado, causado em grande parte pelas forças de segurança do Estado, que compreende a juventude negra como formada por criminosos em potencial.

Os negros continuam ganhando cerca da metade da remuneração dos brancos nas principais regiões metropolitanas do país. O desemprego atinge negros e negras de forma mais acentuada, e durante maior tempo. E o aumento relativo da escolaridade média nos últimos anos não tem alterado este quadro, que se apresenta de forma ainda mais dramática para as mulheres negras.

A luta contemporânea dos quilombolas por direitos territoriais pode ser interpretada como o reconhecimento do fracasso da realidade jurídica estabelecida tanto pela “Lei de Terras”, que pretendeu moldar a sociedade brasileira na perspectiva da propriedade privada de terras, quanto pela forma mesma com que se dá a abolição da escravidão. A noção de terra coletiva, como são pensadas as terras de comunidades quilombolas, contraria o modelo baseado na propriedade privada como única forma de acesso e uso da terra, o qual excluiu outros usos e relações com o território, como ocorre entre povos e comunidades tradicionais.

Além dos quilombos constituídos no período escravocrata, muitos foram formados após a abolição foral da escravatura, pois essa forma de organização comunitária continuaria a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade. Constituir um quilombo tornou-se um imperativo de sobrevivência, posto que a Lei Áurea, diferentemente do propugnado pelo movimento abolicionista, não levou em conta mecanismos de redistribuição de terras.

De um modo geral, os territórios quilombolas originaram-se em diferentes situações, tais como doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monocultura, como a cana-de-açúcar e o algodão; compra de terras pelos próprios negros/as, possibilitada pela desestruturação do sistema escravista; terras que foram conquistadas por meio

da prestação de serviços, inclusive de guerra; bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão. Há também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do reconhecimento de terras em troca de serviços religiosos prestados a senhores de escravos por sacerdotes de religiões afro-brasileiras.

Atualmente os territórios remanescentes de quilombos estão presentes no debate sobre a questão da terra, e especificamente sobre a Reforma Agrária, respondendo a um processo de luta política, substancialmente de conquistas e reivindicações do movimento negro.

Esses grupos apresentam a existência de uma identidade social étnica compartilhada, como também a ocupação secular de seus territórios, de suas práticas de resistência na preservação e reprodução de seus modos de vida.

Ainda que pesem os direitos constitucionais que os quilombolas detêm, estes direitos vêm sendo sistematicamente atacados pelos setores conservadores de nossa sociedade, para promover a expulsão dos moradores e a utilização para fins de acumulação de capital destes territórios.

Se torna um importante desafio garantir o princípio constitucional da laicidade do Estado brasileiro, devendo a educação religiosa ficar a cargo dos templos religiosos e das famílias, de acordo com suas próprias convicções.

Para o aprofundamento democrático do Estado e a superação do seu caráter liberal conservador, é fundamental a criação de marcos regulatórios para comunicação social que garantam a regulamentação de artigos da constituição que tratam da proibição de monopólio e oligopólio da comunicação, da liberdade de expressão, da garantia de um

conteúdo de rádio e TV que contemple a diversidade étnico-racial e cultural do povo brasileiro, e de um processo de concessão que garanta o caráter republicano, laico e democrático do Estado brasileiro.

Assim como fortalecer institucionalmente o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), promovendo o aumento orçamentário e destinando recursos específicos para ações relativas às populações negras e comunidades tradicionais.

A partir da crítica à exploração do modo de produção capitalista surge a perspectiva de um novo modelo, que visa criar alternativas às desigualdades provocadas pelo modelo hegemônico. Seus princípios básicos são a propriedade coletiva, associada ou cooperativa dos meios de produção e o direito à liberdade individual.

A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores/as que são possuidores/as de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Apresenta-se como tarefa a ser desenvolvida pela revolução democrática o fortalecimento do etnodesenvolvimento como uma diretriz a ser plenamente incorporada ao conjunto das políticas públicas do Estado brasileiro.

O etnodesenvolvimento se coloca em oposição ao modelo hegemônico de desenvolvimento, priorizando a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas; reconhece a perspectiva dos povos tradicionais com centralidade nas comunidades quilombolas e indígenas na busca da resolução de seus problemas e satisfação de suas necessidades; nessa busca, valoriza e utiliza conhecimento,

tecnologia, tradição e recursos locais, assim como a garantia de uma relação equilibrada com o meio ambiente.

O fortalecimento da participação do negro/a na política institucional aumentou a pressão sobre a estrutura do Estado, com a criação de conselhos e apoio a entidades responsáveis pelas demandas raciais. Contudo, a participação dos negros/as nos espaços institucionais públicos segue a mesma lógica observada nos demais setores da sociedade, no mercado de trabalho e no acesso à educação superior: as estatísticas demonstram que ainda somos minoritários e mesmo quando ocupamos cargos de direção, não estamos livres do preconceito e do estigma da cor.

A população negra da América Latina está estimada em mais de 150 milhões de pessoas, com grande maioria concentrada no Brasil, na Colômbia e na Venezuela.

Embora a cultura negra seja pautada por sua origem étnica e estética presente no cotidiano civilizatório de muitos países da América Latina, observamos que são poucos os esforços para o reconhecimento e resgate dos processos civilizatórios destes povos como contribuição para a construção contemporânea da sociedade. Assim, é evidenciado que todos os fatos e narrativas históricas partem do contexto de ideologias eurocêtricas, que hegemonomizam o mundo e os espaços acadêmicos.

O 4º Congresso do Partido dos Trabalhadores aprovou uma política de paridade para mulheres na composição das direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias, assim como também a proporcionalidade para jovens e negras/os.

Este significativo avanço posiciona o PT como o mais democrático partido político de nosso país, ao promover dentro de sua estrutura interna a implementação das deman-

das históricas de representação nos espaços de direção feitas pelas mulheres, jovens e negros/as do partido.

Nosso grande desafio será transpor para a dinâmica de reestruturação política estes mesmos avanços, para garantir uma representação equânime de mulheres, jovens e negros/as nos espaços de direção política do país.

RETOMAR O CARÁTER REVOLUCIONÁRIO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

A tensão resultante das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as estratificadas relações sociais de produção organizam os elementos de ordem objetiva para o surgimento de um período revolucionário.

Esta compreensão nos apresenta a importante tarefa de construirmos condições subjetivas que permitam aos trabalhadores/as a transição de uma consciência econômico-corporativa para uma consciência de classe, e consequentemente uma consciência revolucionária.

O processo de autoconsciência histórica dos trabalhadores/as permite a criação de uma dinâmica organizativa resultante da vontade coletiva, aglutinadora das diferentes demandas e anseios da classe trabalhadora, a qual a partir de análises acerca das necessidades históricas e concretas dos trabalhadores/as, este processo resulta na formulação do programa, da estratégia e da tática, norteadores da ação política desta organização.

O caráter revolucionário do partido traduz para a ação política as necessidades históricas da classe trabalhadora que se fortalece a partir de trabalhos educativo-culturais direcionados para a elevação da consciência política dos trabalhadores/as, no que diz respeito à elaboração de sua identidade de classe.

Ao desenvolver atividades educativo-culturais de caráter formativas, nas quais os/as trabalhadores/as possam enfrentar as contradições postas por sua inserção no mundo produtivo, e assim elaborar uma nova concepção de mundo.

O trabalho de formação política promovido pelo Partido deverá favorecer a discussão livre e exaustiva de todos os problemas que aflige os trabalhadores/as, de modo a contribuir para o amadurecimento das convicções necessárias à ação revolucionária.

Conceituamos formação política como uma ação pedagógica que, desenvolvida no interior dos instrumentos de luta da classe trabalhadora, se volta para o desenvolvimento de um grau de consciência para além da contingência fenomênica da realidade empírica, que favorece a compreensão das determinações fundamentais da realidade social.

Resultado da luta de classes no interior da sociedade brasileira, o Partido dos Trabalhadores se apresenta como o principal instrumento de representação da classe trabalhadora em nosso país. Seja na cidade ou no campo, este elemento é fundamental no processo de superação do capital e das transformações sociais que tanto demandamos.

Cabe aos/as socialistas democráticos/as a tarefa de retomar e aprofundar o caráter revolucionário do partido, buscando ampliar sua capacidade de politização e direção das massas mediante a ação política voltada para a formação da consciência de classe entre os trabalhadores/as. Para tanto, este processo deve vir acompanhado de uma dinâmica formativa que dialogue com o processo histórico de construção desta mesma classe trabalhadora.

O combate ao racismo e a luta pela promoção da igualdade racial deve vir acompanhada de uma perspectiva mais ampla da compreensão da luta social e dos esfor-

ços a serem empregados na construção de uma hegemonia alternativa.

A busca pela superação do paradigma do racismo e pela conquista da cidadania efetiva da população negra passa pela dinâmica de organização e ampliação das articulações que objetivam o combate ao racismo e a superação do sistema capitalista.

Como socialistas democráticos, propomos uma alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída democraticamente com o povo brasileiro, que esteja à altura de sua dignidade e de sua esperança, que promova a liberdade para todos, a soberania popular em regime de pluralismo, que universalize a condição plena e em igualdade dos cidadãos e das cidadãs, que seja multi-étnica, que seja solidária com todos os povos oprimidos do mundo, e que saiba construir novos modos de organizar a vida social, para além da mercantilização do capital, da exploração social e da predação da natureza.

A revista Democracia Socialista foi produzida em São Paulo, em maio de 2013.
O texto e os títulos foram compostos em Adobe Garamond Pro sobre papel pólen soft 80 g/m².
Tiragem de 3.800 exemplares.

Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

www.democraciasocialista.org.br